



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

## PROPOSTA N.º 1d/2014

**Assunto:** Aprovar submeter à Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 265,00m<sup>2</sup>, sita a tardoz dos prédios n.ºs 1 e 3 da Rua Aboim Ascensão e n.º 1 da Rua Afonso Lopes Vieira.

**Pelouro:** Vereador Manuel Salgado

**Serviços:** DMPRGU - Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial

### Considerando que:

- a) Por escritura outorgada em 01 de agosto de 1951, a CML vendeu 17 parcelas de terreno à então Federação das Caixas de Previdência, nas imediações da Avenida do Brasil, para a construção de Habitações de Renda Económica (cf. **Anexo I, que se junta e se dá por integralmente reproduzido**);
- b) De acordo com a mesma escritura, revertiam para o domínio e posse da CML todos os terrenos objeto deste contrato não aplicados à construção das mesmas casas de renda económica, contra restituição à Federação do preço por ela pago;
- c) Em 30 de maio de 1966 a CML vendeu em hasta pública o lote de terreno designado pelo n.º 1286 situado na Rua António Patrício, da freguesia do Campo Grande, a três irmãos DEOLINDA GONÇALVES TOMÉ, JULIETA DA CUNHA GONÇALVES e JOSÉ MARIA GONÇALVES JÚNIOR (cf. **Anexo II, que se junta e se dá por integralmente reproduzido**);
- d) O lote de terreno tinha 795,90m<sup>2</sup> e conforme condição especial da hasta destinava-se à construção de uma clínica;
- e) Foi apresentado à CML um projeto de construção, pelos comproprietários, que foi deferido no âmbito do Proc.º de Obra n.º 57.018, tendo sido construído um edifício com o n.º de polícia 25 da Rua António Patrício, cujo alvará, para funcionar como Clínica, foi emitido em 28 de setembro de 1967;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

- f) O prédio edificado composto por cave, rés-do-chão e cinco andares, ocupando a área total do lote de terreno de 795,90m<sup>2</sup>, foi arrendado em 01 de abril de 1970 a uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, denominada Clínica S. João de Deus, "C.T.D. - Centro de Tratamento de Doentes, S.A.R.L (cf. **Anexo III, que se junta e se dá por integralmente reproduzido**);
- g) O ponto Quarto da escritura de arrendamento determinava que o prédio era arrendado para a sociedade inquilina instalar e explorar uma clinica médica, com internamento;
- h) Por solicitação da arrendatária C.T.D. os comproprietários requereram à CML, em 09 de agosto de 1983, a disponibilização de um terreno para ampliação dos serviços da Clínica através da construção de um ANEXO, que seria um prolongamento da mesma, encostado à empena Norte do edifício já existente, que deu origem ao Processo n.º 42168/DSCC/1983;
- i) De acordo com as informações prestadas por JULIETA DA CUNHA GONÇALVES, o Pai, JOSÉ MARIA GONÇALVES, por motivos de saúde e em nome dos seus filhos, adiantou as verbas necessárias à concretização do negócio e da construção do anexo a DANIEL PINTO, enquanto administrador da C.T.D., que junto da CML tratou da documentação necessária à compra da parcela de terreno;
- j) DANIEL PINTO responsabilizar-se-ia pela construção do anexo e em contrapartida, finda a construção, a C.T.D. instalar-se-ia no anexo sem ter de pagar renda pelo espaço ocupado durante o prazo de 10 anos;
- l) No sentido de dar sequência ao pedido formulado, foi aprovado em Sessão de Câmara de 19 de dezembro de 1988, através da Proposta n.º 505/88, vender à Clínica S. João de Deus – C.T.D. – Centro de Tratamento de Doentes, Ld.ª, ou a quem provasse ser dono do antigo lote municipal n.º 1286, uma parcela de terreno com a área de 330,30m<sup>2</sup>, orlada a cor verde na planta n.º 19.497 da 7ª Repartição da D.S.U., pela importância de 9.475.440\$00 (cf. **Anexo IV, que se junta e se dá por integralmente reproduzido**);



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

m) O Segundo considerando da Proposta n.º 505/88 mencionava que o projeto de alterações já tinha sido deferido, onde era proposto a ampliação de dois pisos (cave e r/chão) destinados, unicamente, às instalações da Clínica e em particular a atividades de especialidade;

n) O Quarto considerando indicava que se tratava de um aproveitamento interior em espaço sobranter das construções a reverter à posse da Câmara, não se existindo inconvenientes de natureza urbanística;

o) A primeira e a segunda condição de acordo, da mesma proposta, determinavam que a parcela de terreno a alienar se destinava a complemento do lote n.º 1286 e unicamente à ampliação das próprias instalações da Clínica e que qualquer acréscimo da área de construção ou valorização, que a Câmara entendesse ser de autorizar na parcela a transmitir, ficava sujeito ao pagamento de uma compensação;

p) Apesar da aprovação da proposta, a alienação não foi logo formalizada, através da competente escritura, por, à data, se considerar que a área do complemento de lote se encontrava, ainda, na titularidade da Federação das Caixas de Previdência;

q) Se entendeu, por isso, que primeiro era necessário efetuar a escritura de reversão para o Município dos terrenos sobranter, tal como referia o Quarto considerando da proposta em causa;

r) Uma vez que a escritura não era outorgada e com vista à emissão da licença de construção, foi autorizado à C.T.D., a pedido desta e à semelhança de casos idênticos, que fosse efetuado o depósito da importância correspondente ao valor da parcela a transmitir, no montante de 9.475.440\$00;

s) Por essa razão a C.T.D. depositou a quantia 9.475.440\$00 conforme cópia da Guia n.º 15, de 20 de fevereiro de 1989 e liquidou o valor do imposto que era devido pela transação a efetuar, a 14 de fevereiro de 1989, pelo conhecimento de Sisa n.º 34/1534 no montante de 947.544\$00 (cf. **Anexos V e VI, que se juntam e se dão por integralmente reproduzidos**);



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

- t) Posteriormente, e porque a Clínica pretendeu acrescentar um piso de construção, por aproveitamento do vão existente entre os pisos inicialmente projetados, foi calculada uma compensação pelo melhor aproveitamento da parcela de terreno destinada a complemento do lote n.º 1286, de 4.122.720\$00, liquidada também pela C.T.D. (Guia n.º 10) e paga a sisa correspondente, de 412.272\$00, respetivamente, em 25 de janeiro e 05 de fevereiro de 1990 (cf. **Anexos VII e VIII, que se juntam e se dão por integralmente reproduzidos**);
- u) Por escritura outorgada em 09 de março de 2001, JULIETA DA CUNHA GONÇALVES comprou a quota-parte (2/3) do imóvel que pertenciam aos seus irmãos, ficando como única proprietária do prédio arrendado à C.T.D., que se encontra atualmente descrito no Registo Predial sob o n.º 816 da freguesia do Campo Grande, e inscrito na matriz sob o art.º 594º da mesma freguesia (cf. **Anexo IX, que se junta e se dá por integralmente reproduzido**);
- v) Em 14 de novembro de 2004 JULIETA DA CUNHA GONÇALVES enviou uma notificação judicial avulsa à CML, solicitando, essencialmente, que a CML promovesse a reversão junto do Instituto dos terrenos sobrantes para posterior alienação à Requerente da parcela a completar o antigo lote n.º 1286, de modo a dar, assim, cumprimento à Proposta n.º 505/88 (cf. **Anexo X, que se junta e se dá por integralmente reproduzido**);
- w) Na sequência deste pedido, em julho de 2005, um fiscal da então DAAPI/DPI fez um levantamento no local em causa e respetiva zona envolvente, e em colaboração com o Serviço de Registos identificou em planta as áreas cobertas (694m<sup>2</sup>) e descobertas (332m<sup>2</sup>) na posse do IGFSS, as áreas integradas no domínio público (municipal) averbadas nas descrições da conservatória (875,40m<sup>2</sup>), a área alienada em hasta pública do lote municipal n.º 286 (795,90m<sup>2</sup>) e a área cedida para complemento do lote 1286 (330,30m<sup>2</sup>) (cf. **Anexo XI, que se junta e se dá por integralmente reproduzido**);
- x) Se verificou, atentas as descrições prediais n.ºs 732, 733 e 734 da freguesia do Campo Grande relativas às casas de renda económica, entretanto construídas, que foram averbadas, a pedido do



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A  
G A B I N E T E D O V E R E A D O R M A N U E L S A L G A D O

IGFSS, as áreas afetas ao domínio público para arruamentos e jardins (cf. **Anexos XII, XIII e XIV que se juntam e se dão por integralmente reproduzidos**);

y) Esses prédios são confinantes com a parcela a alienar em complemento de lote, constatando-se, igualmente, que a área prometida alienar em complemento de lote está em domínio público municipal desde 25 de agosto de 1993;

z) Da análise das descrições prediais resulta que a soma das áreas afetas ao domínio público perfazem um total de 875,40m<sup>2</sup>, área suficiente para desafetar 265,00m<sup>2</sup> necessários à completude da parcela a alienar em complemento de lote (cf. **Anexo XV que se junta e se dá por integralmente reproduzido**);

aa) Para finalizar o processo de alienação da parcela a completar o antigo lote de terreno n.º 1286, cujo preço, bem como a compensação pelo melhor aproveitamento, já foram integralmente pagos ao Município, importa proceder à desafetação do domínio público para o domínio privado do Município a parcela de terreno com a área total de 265,00m<sup>2</sup>.

**Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 33º, n.º 1, alínea ccc) e do artigo 25º, n.º 1, alínea q), todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeter à Assembleia Municipal:**

A desafetação do domínio público municipal para o domínio privado da parcela de terreno com a área de 265,00m<sup>2</sup>, sita a tardoz dos prédios n.ºs 1 e 3 da Rua Aboim Ascensão e n.º 1 da Rua Afonso Lopes Vieira, representada a cor rosa na Planta n.º 13/239/DPSVP (cf. **Anexo XVI que se junta e se dá por integralmente reproduzido**), à qual se atribui, apenas para efeitos notariais e registrais, o valor de € 1.325,00 (mil trezentos e vinte e cinco euros), correspondente a €5/m<sup>2</sup>.

**CONFRONTAÇÕES:**

*Norte* – logradouros dos prédios n.ºs 1 e 3 da Rua Aboim Ascensão

*Sul* – CML e Clínica S. João de Deus



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A  
G A B I N E T E   D O   V E R E A D O R   M A N U E L   S A L G A D O

*Nascente* – logradouro de prédio n.º 1 da Rua Afonso Lopes Vieira

*Poente* – CML e logradouro de prédio particular

**ANEXOS**

- I. Cópia da certidão da escritura outorgada em 01 de agosto de 1951;
- II. Cópia do alvará n.º 983 (hasta pública de 30 de maio de 1966);
- III. Cópia da escritura de arrendamento de 01 de abril de 1970;
- IV. Cópia da Proposta n.º 505/88;
- V. Cópia da Guia de pagamento n.º 15 de 20 de fevereiro de 1989;
- VI. Cópia da Sisa de 14 de fevereiro de 1989;
- VII. Cópia da Guia de pagamento n.º 10 de 25 de janeiro de 1990;
- VIII. Cópia da Sisa de 05 de fevereiro de 1990;
- IX. Certidão predial – descrição n.º 816;
- X. Cópia da notificação judicial avulsa de 14 de novembro de 2004;
- XI. Levantamento do fiscal de 07.2005;
- XII. Certidão predial – descrição n.º 732;
- XIII. Certidão predial – descrição n.º 733;
- XIV. Certidão predial – descrição n.º 734;
- XV. Planta de trabalho;
- XVI. Planta n.º 13/239/DPSVP.

(Processo n.º 27819/CML/13)

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Lisboa, 9 de Janeiro de 2014.

O VEREADOR



Manuel Salgado



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

G A B I N E T E   D O   V E R E A D O R   M A N U E L   S A L G A D O

### JUSTIFICAÇÃO DO VALOR

Apenas para efeitos notariais e registrais atribui-se à parcela a desafetar do domínio público o valor simbólico de 5€/m<sup>2</sup>:

€ 265,00m<sup>2</sup> x 5€/m<sup>2</sup> = **€ 1.325,00 (mil trezentos e vinte e cinco euros)**


ANEXO I

DAGM

Prop. n.º 10/2014Fls.           **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
**NOTARIADO PRIVATIVO**

Notário — Lic. João António Teixeira Canedo

**Fotocópia**

Certifico que a presente fotocópia está conforme ao original,  tem escrita no verso das suas folhas e foi extraída de Escritura Canedo de folhas quatro  
verso a folhas vinte e seis e conta e rubrica de  
- A - do Notário do -

Câmara Municipal de Lisboa verso do livro número  
de mil novecentos e oitenta e quatro

O notário,

**CONTA**

Artigo 18.º . . . . .	— \$00
Selo do papel. . . . .	— \$00
Selo do acto . . . . .	— \$00
Soma . . . . .	— \$00

São Trinta e cincoReg. sob o n.º



2

2. 15.

2, mil e 14  
paralela de Tenente, na imedia  
ção da Avenida de Brasil, para  
casas de renda econômica, a febre  
ração de Caixa de Previdência -  
Habitação Econômica.

De um de Agosto de mil nove  
centos e sessenta e um  
na cidade de São Paulo e seu  
povo, D. João do Carmo, para  
seu filho, Licença do Frei  
Francisco de Almeida.

*Alb*

Cria Branded, natario da Camara  
 Municipal de Lisboa, compa  
 receram como antepositos:  
Primeiro - O Exceleximmo  
 Senhor Luiz Pastor de Lu  
 cedo, casado, filho de Carlos  
 de Lucado, morador nesta cidade  
 de na Rua Luaria Andrade  
 numero vinte e seis, antepo  
 do como Vice-Presidente da  
 Camara Municipal de  
 Lisboa, em representacão  
 desta; Segundo - O Exceleximmo  
 Senhor D. Frei Damazio Feneira  
 Feneira Braga, que tambem  
 era Frei Feneira Braga, casad  
 filho de Antonio Augusto de Feneira Braga,  
 morador nesta cidade, na Rua  
 Rodrigo da Torreca numero  
 cento e trinta e cinco, su  
 torpaccio como Vice-Preside  
 te em representacão da Fed  
 racão de Caixa, de Previden  
 cia - Habitacão, e comunicas  
 qualidade e representacão que cer  
 tifico e nos foi corroborada por

acta, que mi e registam, da realu-  
cãõ da Direcção da Insurrecção te-  
deração de vinte e quatro de  
março de mil novecentos e  
quarenta e oito, acta de que  
existe arquivada publicamente  
fornecendo ao documen-  
to da escritura de sete de  
abril de mil novecentos e  
quarenta e oito, exarada a  
colha, de vintenta e sete  
de referente, do Livro nu-  
mero quarenta A de, das  
notas; Reconheço a iden-  
tidade dos autographos,  
pelo meu conhecimento  
pessoal; e o primeiro  
autographo diz: Que a  
Câmara Municipal de  
Lisboa é, por si só e legal-  
mente, uma possuidora de  
referente parcela de Ter-  
relo; Parcela <sup>(número)</sup> trinta e cinco, com  
a area de setenta e cinco  
e nove metros e trinta e quatro

71.90  
36  
COP

Decimetros quadrados, situada na  
Rua Lm do Sítio de Alvalade,  
na freguesia do Campo Gra-  
de e confrontando: ao norte  
com a parcela Trinta e quatro  
ao nordeste, com Rua Lm,  
ao sul, com parcela Trinta e  
seis; e ao sueste, com Rua  
unif Alvim Ascensão de Pau-  
de e Lençóis; Esta parcela-  
se corresponde ao representado  
pelo numero Trinta e cinco  
na planta numero cinco  
unif e acerta e um - B da  
Repartição Municipal de Im-  
migracão e Expropriação,  
cujá copia afixada por todos  
os interveientes neste acto, fica  
fazendo parte integrante desta  
escritura - faz parte do predio  
descrito na Segunda Conserva-  
toria do Registo Predial de Lisboa  
sob o numero Sexcentos e  
quinhentos e cincoenta e si-  
to; Parcela numero Trinta e seis, com

5081-B

2º

19.5.58

a area de umif. cento e dois  
metros e oitenta e cinco deci-  
metros quadrados, situada na  
Rua Um e Doze do Sítio de  
Alvalade, na freguesia do  
Cacumpo Grande, e confronta-  
tando: ao norte, com parcela  
numero trinta e cinco da Rua  
Um; ao sudeste, com Rua  
Um; ao sul, com Rua Doze e  
ao poente, com Lameirão da  
Apelação de Bunde e Lameiro;  
Esta parcela - que compo-  
nha a representação pelo  
numero trinta e sete, na  
referida planta - faz parte  
da já referida descrição, mediante  
numero de zona umif. quinhentos  
e cinquenta e oito; Parcela  
numero trinta e sete, com a  
area de umif. cento e oitenta  
metros quadrados e oitenta e  
quatro decímetros quadrados,  
situada na Rua Um do  
Sítio de Alvalade, na fre-

freguesia do Campo Grande, e com  
 fronteiras: ao norte, com a pa-  
 cela numero trinta e oito;  
 ao nordeste, com parcela nu-  
 mero trinta e oito; ao sul, com  
 parcela numero trinta e nove  
 e Rua Um; e ao oeste, com  
 Rua Um; Esta parcela - que  
 corresponde ao representado  
 pelo numero trinta e sete  
 na já referida planta - faz  
 parte da já citada decrição  
 predial numero dezanove  
 mil quinhentos e cinquenta  
 e oito; Parcela numero trinta  
e oito, com a area de treze mil  
 cento e oitenta e quatro me-  
 tros e nove decímetros quadra-  
 dadas na Rua Onze, Deza-  
 to e Um do Sítio de Alvalade  
 na freguesia do Campo Gran-  
 de e com fronteiras: ao norte,  
 com Rua Onze e Deza-  
 to; ao nordeste, com Rua Deza-  
 to e Avenida Municipal

19558

Liboa; ao sul, com parcela  
numero trinta e nove, e  
trinta e sete; e ao oeste,  
com parcela. Numero trinta  
e nove, e trinta e sete  
e Rua Lim; Desta Parcela  
de mil quinhentos e trinta e  
três e cincoenta e nove decim  
três quadradros fazem parte da  
citaia de criação indial numero  
dezasseis mil quinhentos e cin  
coenta e oito; quinhentos e ex  
penta e quatro mil e quatro  
do fazem parte do predio des  
crito na mesma freguesia  
Conservatoria, pelo numero  
noventa e nove e quatro; e  
cento e seis mil e cincoen  
ta decim três quadradros, acham  
-se onyros na dita freguesia  
Conservatoria, com o coto da  
certidão, que annexo, pedida  
pela Terceira apresentação  
do dia deza sete de julho  
finos; Parcela numero trinta

17 33

924

*[Signature]*

ta e nove, com a area de sete e  
unif. trezentos e sessenta e  
nove metros e oitenta e  
seis decimetros quadrados,  
situada na, Rua, Lm e  
Cinco do Sitio de Alvalade,  
na freguesia do Campo  
grande, e confrontando: ao  
norte, com parcelas nume-  
ros trinta e sete, trinta e oito,  
quarenta, e quarenta e dois e  
Camara Municipal de  
Lisboa; ao nascente, com  
a parcela numero trinta  
e oito e Rua Cinco; ao sul,  
com Rua Treze e ao poente,  
com Rua Lm; De gta parcela  
oitocentos e dez metros quadra-  
dos fazem parte do predio des-  
crito sob o numero de zacio-  
ne unif. quinhentos e cincoen-  
ta e oito, fa citados: seis unif.  
cento e trinta e oito metros  
e trinta e seis decimetros  
quadrados, fazem parte do

19.558



924

predio descrito pelo numero  
 novecentos e vinte e quatro,  
 fo referido; duzentos e qua-  
 rente e tres metros e cinco-  
 ta decimetros quadrados fa-  
 zem parte do predio descrito  
 na mesma sesmã da

928

Compartaria pelo numero  
 dezasseis mil novecentos  
 e oitenta e cinco e cento  
 e setenta e oito metros  
 quadrados acham-se  
 omisso na mesma Com-  
 partaria como consta da  
 fo referido certidão, pedida  
 pela Terceira apresentada  
 do dia dezasseis de Junho  
 de 1808; Parcela numero qua-  
 rente, com a area de seis  
 mil cento e vinte e cinco  
 metros e noventa e cinco de  
 cinco metros quadrados, situada  
 na Rua Cinco de Janeiro  
 do sitio de Alvalade, na  
 freguesia do Campo Grande,

*[Signature]*

e confrontando: ao norte, com a  
Rua Onze; ao noroeste, com  
a Rua Cinco e parcela nume-  
ro quarenta e um; ao sul,  
com a parcela, numero  
quarenta e um, quarenta e  
dois, trinta e nove, e Rua  
Cinco; e ao sudeste, com a  
Rua Deza<sup>no</sup> parcela nume-  
ro quarenta e dois; De ta pa-  
cela dois mil e trezentos e nove  
e seis metros e dez deci-  
metros quadrados fazem par-  
te do predio descrito, o  
numero deza nove mil  
novecentos e cinquenta e  
oito, ja citado; e mil e nove-  
centos e setenta e dois  
metros quadrados fazem parte do  
predio descrito na mesma  
segunda Conservatoria, o  
numero quinze mil e trezentos  
e dez metros quadrados acham-

19.558

15.123

O numero novecentos e cinquenta e oito e mil e quatrocentos e setenta e dois metros quadrados fazem parte do predio descrito na mesma segunda Conservatoria, o numero quinze mil e trezentos e dez metros quadrados acham-

-se omisso na mesma freguesia  
Conservatória, como consta  
da f.ª referida certidão, pre-  
dita pela Tercina apresen-  
tação do dia dezanove de  
fechto findo; Parcela nu-  
mero quarenta e um, com  
setecentos e oitenta e nove me-  
tros e oitenta e sete decime-  
tros quadrados, situada na  
Rua Cinco de Julho de São  
Paulo, na freguesia de São  
João Grande, e confrontando do  
norte, sul e poente, com a parcela  
numero quarenta e ao poente, com  
a Rua Cinco; Dita parcela, set-  
ecentos e dois metros e oitenta  
e sete decímetros quadrados fa-  
zendo parte do predio descrito sob  
o numero quinze mil e cento  
e vinte e tres f.ª referido; cento  
e oitenta e sete metros qua-  
drados fazendo parte do predio des-  
crito sob o numero novecen-  
to e vinte e quatro f.ª refe-

15. 123

924-

J. C.

rido; Parcela numero quarenta e dois, com a area de quinhentos e setenta e nove metros e quarenta decimetros quadrados, situada na Rua Dezanove do Sítio de Alvalade, freguesia do Campo Grande, e confrontando ao norte, com Rua Dezanove parcela quarenta; ao sul, com parcela dito quarenta e Camara Municipal de Lisboa; ao leste, com parcela quarenta; ao sul, com parcela trinta e nove, e ao oeste, com Camara Municipal de Lisboa. Parcela esta que faz parte do predio descrito sob o numero novecentos e vinte e quatro referido; Parcela numero quarenta e tres, com a area de oitocentos e setenta e nove metros e setenta decimetros quadrados, situada na Rua Dezanove e Cinco do Sítio de Alvalade, na freguesia do Campo Gran

924

de, e confrontando ao norte,  
com Refugio Abóiem Assen-  
ção; ao nascente, com parcela  
numero quarenta e cinco  
Refugio Abóiem Assenção;  
ao sul, com Rua Quinze  
e ao poente, com Rua Lima;  
parcela esta que faz parte do  
predio áyrito, sob o numero  
quinze mil cento e vinte  
e tres, já referido; Parcela  
numero quarenta e quatro,  
com a area de quato mil  
trecentos e quarenta e cinco  
metros e cincocento de cinte-  
tro. quadrados, situada na  
Rua, Quinze, Treze e Cinco,  
do Rio de Alvalade, na Regi-  
ão do Campo Grande, e con-  
frontando ao norte, com Rua  
Quinze, parcela numero  
quarenta e seis, e parcela  
e sete e Rua do Campo  
Fernandes Dimiz; ao nas-  
cente, com Avenida de

Roma e parcela quaranta e  
ao sul, com Rua Tre e ao  
poente, com parcela numero  
quarenta e sete e Rua Cinco;  
Desta parcela seiscentos e  
noventa e seis metros e  
cincoacenta decimetros qua  
drados fazem parte do pre  
dio descrito, al o numero  
quinze mil e cento e vinte  
e tres, ja referido; dois mil  
quinhentos e oitenta e cinco  
metros e cincoacenta decime  
tros quadrados fazem parte  
do predio descrito, al o nume  
ro novecentos e vinte e qua  
tro, ja referido; seis mil e  
trezentos e sessenta e um metros  
quadrados fazem parte do  
predio descrito na mesma se  
gunda Conservatoria, al o nu  
mero oito mil e seiscentos e  
cincoacenta e tres; cento e vinte  
e tres metros e cincoacenta deci  
metros quadrados fazem pa

15.123

924

Te do predio descrito na mesma  
Conservatoria pelo numero  
mil e seiscentos e noventa;  
mil e oitenta e cinco  
ta decimetros quadrados fa-  
zerem parte do predio descrito  
na mesma Conservatoria  
pelo numero de saiz e  
mil seiscientos e setenta;  
e noventa e seis metros  
e cincoenta decimetros qua-  
drados acham-se unidos  
na citada Terceira Conser-  
vatoria como consta da cer-  
tidão, fa referida, pedida pe-  
la Terceira apresentacao de  
deza, pte de fecho fidei;  
Parcela numero noventa e  
cinco, com a area de oito cen-  
tos e mil e trez metros e ai-  
tesenta e oito decimetros qua-  
drados, situada na Rua Quinta  
do Sítio de Alvalade, na fregue-  
sia do Campo Grande, e  
confrontando: do norte, com

Anna do Anjo's Fernando, D'Almeida  
e Refugio Albino Acciacao;  
ao nascente, com parcela  
numero quarenta e sete;  
ao sul, com Rua Quinze  
e ao poente, com parcela  
numero quarenta e tres;  
Desta parcela seis mil e  
quinhentos quadradinhos fazem parte do  
predio descrito, sob o numero  
oitto mil e seiscentos e cinquenta  
e tres, ja referido; setecentos  
e setenta e sete mil e oitenta  
e oito decimilhoes quadra-  
dos fazem parte do predio  
descrito, sob o numero quin-  
ze mil e seiscentos e vinte e tres,  
ainda referido; e quarenta  
mil e quinhentos quadradinhos acham-  
se omittidos na mesma se-  
gunda Conservatoria como  
copia da certidao referida,  
pedida pela Terceira e quarta  
Tacao de doze de dezembro de mil e  
seiscentos e setenta e tres; Parcela numero qua-



rente e seis, com a area de mil  
e trinta metros e setenta e  
dois decimetros quadrados, si-  
tuada na Rua Quinze do  
Sítio de Olvalade, na fregue-  
zia do Campo Grande, e  
compritando: ao norte, com  
a Rua Quinze; ao nascente,  
com a parcela numero  
quarenta e sete; e ao sul  
e poente, com a parcela  
numero quarenta e qua-  
tro; Dêta parcela, mil e  
dezassete metros e oze de-  
cimetros quadrados fazem  
parte do predio descrito sob o  
numero quinze mil e cento  
e vinte e tres, foi referido; e  
onze metros e cinquenta de-  
cimetros quadrados fazem  
parte do predio descrito sob o  
numero trancentos e vinte  
e quatro, foi referido; Parcela  
numero quarenta e sete,  
com a area de dois mil

*[Signature]*

Duzentos e sessenta e cinco e  
 cinquenta e sete de cem e  
 quadrad, situada na Rua  
 Quinze do Frio de Alvalade,  
 na freguesia do Campo Grande  
 e com limitações: ao norte,  
 com Anna dos Anjos Fernandes  
 Diniz e Rua Quinze; a sul,  
 com parcela numero  
 quarenta e quatro, Anna dos  
 Anjos Fernandes Diniz e  
 Rua Quinze; a sul, com  
 parcela numero quarenta  
 e quatro e Rua Quinze; e  
 ao presente, com parcela  
 numero quarenta e cinco  
 e quarenta e seis e Rua Quinze;  
 Deixa parcela, mil quinhen-  
 tos e vinte e oito e  
 sete de cem e quadrad,  
 fazendo parte do predio de  
 to sob o numero oito mil  
 e sessenta e cinco e  
 do referido; duzentos e  
 sessenta e cinco e

meiros quadrados, fazem parte  
do predio de arto sob o nume  
ro quinze mil e cento e vinte  
e tres, foi referido; Trezentos  
e noventa e sete meiros qua  
drados fazem parte do pre  
dio de arto sob o numero  
trezentos e vinte e quatro,  
foi referido; e cento e vinte  
e oito meiros quadrados  
acham-se situados na  
rua de Santa Cruz, e  
sua feitura e conservatoria  
com a conta da referida cer  
tidão, pedida pela Thesauraria  
apresentação de dez e sete  
de Junho de mil e setecentos e  
noventa e oito; Parcela  
numero cinquenta e oito,  
com a area de mil e setecentos  
e noventa e oito meiros  
e setenta e dois meiros qua  
drados, situada na Rua  
Catarze e Cinco do Lito de Al  
vares, freixo do Campo  
Grande, e com fronteira  
do norte, na recta e sul,

com a Camara Municipal de Li-  
 bra e Rua Catarze e ao pa-  
 re, com a Rua Catarze e  
 Circo; Dextra parcela Trezen-  
 tas e quinze mil e seis quadras  
 fazem parte do predio de-  
 crito na cidade segund a Conser-  
 vatoria, sob o numero set-  
 ecentos e setenta e seis;  
 mil e cinco mil e seis qua-  
 dras fazem parte do pre-  
 dio descrito sob o numero  
 dezasse mil e quinhentos  
 e noventa e oito, e refe-  
 rido; seis mil e duzentos e  
 tres mil e setenta e doi  
 mil e seis quadras fazem  
 parte do predio descrito na  
 mesma segund a Conser-  
 vatoria, sob o numero cinco  
 mil e novecentos e setenta e  
 tres; e cento e oitenta mil  
 quadras acham-se omi-  
 ssas na cidade segund a Con-  
 servatoria, como consta da

da referida certidão judicial pe-  
la Terceira apresentação de  
deza, sete de queller find;  
Parcela numero quarenta e  
nove, com a area de trez mil  
e trinta e cinco e cinquenta  
decimetros quadrados, situa-  
da na Rua Treze de Junho de  
Salvador, na freguesia do  
Occidente Grande, e comprada  
porem a norte, com Rua  
Treze; ao nascente, com a  
Avenida de Roma; e ao  
sul e sudeste com a Ca-  
marada Municipal de  
Liberdade; Desta parcela cento  
e vinte e oito mil e trezentos quadrados  
fazem parte do predio  
heredito na mesma freguesia  
Imperialista. Logo o nume-  
ro deza nove mil e quinhentos  
e sessenta e seis; Trezentos  
e cinquenta e cinco mil e  
cinquenta decimetros  
quadrados fazem parte do



ao sul, com cor, digo, com luar  
que, mune e Câmara Muni-  
cipal de Lyboc; e ao poente,  
com Câmara Municipal  
de Lyboc; parcela esta que  
faz parte do predio de crio so  
digo, de crio so o numero  
de crio so so so e crio  
ta e crio so so so so  
Comunicação; Parcela nume-  
ro cinco cento e cinco, com  
a area de um cento e cinco  
ta e um cento e cinco e  
quatro decímetros quadrados,  
situada na, Rua, Dore e  
lim do sitio de Alvalade, na  
parceira do Campo Gran-  
de, e compritando a crio  
te, com Rua Dore; ao nas-  
cente, com Rua lim; ao  
sul, com Câmara Muni-  
cipal de Lyboc e ao poen-  
te, com parcela numero  
cinco cento e cinco  
cento e cinco e cinco

meios e setenta e cinco decimões quadrados fazem parte do predio deposito sob o numero dezanove mil e trezentos e oitenta e dois da referida Fazenda Conservatoria; Trezentos e noventa e dois e cinco decimões quadrados fazem parte do predio deposito na mesma Fazenda Conservatoria sob o numero dezanove mil e trezentos e setenta e cinco; noventa e seis meios quadrados fazem parte do predio deposito sob o numero dezoito mil e trezentos e oitenta e dois da referida; seis meios quadrados fazem parte do predio deposito sob o numero dezanove mil e trezentos e oitenta e dois, tambem da referida; e cinquenta e oito meios e cinquenta e cinco decimões quadrados acham-se omisso na mesma referida.



Empreitada como conta de  
certidão já referida, pedida  
pela Tercina apresentação de  
despacho de folha final;  
Que de toda, as despesas par-  
ciais foi pedida a sua liqui-  
dação na matriz como conta  
do respectivo duplicado que  
se arquivava; Que em execu-  
ção do acordo reduzido a escri-  
tura de oito de Agosto de mil  
novecentos e quarenta e seis  
exarada de Calha, circun-  
ta e três a circunscrita e man-  
veyo do livro numero seten-  
ta e oito-A, ditas e mais, na  
parte relativa a venda de  
terrenos necessários a con-  
strução de casas de habitação  
económicas - Grupo D - e  
porque foi já efectuado  
o contrato de empreitada  
de construção para todas as  
casas do mesmo grupo,  
pela presente escritura

efetivamente vende directamen-  
te - ao abrigo do disposto  
em portaria do Ministério  
do Interior publicada no nu-  
mero cento e quarenta e três,  
da segunda serie do Diario  
do Governo, de vinte e dois  
de junho de mil novecen-  
tos e quarenta e seis - a fe-  
deração que o referido artigo  
gaute representa, todas as  
heranças e compradas par-  
celas de terrenos, livres, como  
se encontram de qualquer  
outro real ou encargos, que  
esta venda fica subordinada.  
Tal como foi estabelecido em  
anterior contrato de arrenda-  
mento de mil novecentos e  
quarenta e seis, já citado, a  
condição dos terrenos em objec-  
to, serem apenas applicados  
a casa de venda e comunica-  
ção que se refere a lei nume-  
ro dois mil e setenta e sete de

Lei 204 de 04.05.1945

umão de mil e novecentos e  
quarenta e cinco, porque só  
única e exclusivamente  
em razão de esse fim se  
contrata; Que faz esta ven-  
da pelo preço de dois mil e  
quinhentos e cinquenta e um  
mil e duzentos e cinquenta  
e sete escudos e cinquenta  
centavos, Tal qual reputação  
da aplicação do referido  
preço unitário por metro  
quadrado: De quarenta e  
cinco escudos, correspondente  
à serie "I", - Tipos um, dois  
e três para as palavras  
ninte e oito, quarenta, quarenta  
e seis, e quarenta e oito, de ninte  
e um, ninte, seis, decimo ninte  
e decimo quatro e ninte e  
critura; De sessenta escudos,  
correspondente à serie "II", - Tipos  
quatro, cinco e seis  
para as palavras ninte e seis, ninte e  
seis, quarenta e dois, quarenta e cin-

co, quarenta e seis, e cincuenta e um,  
deixita, em segundo, Terceiro,  
oitavo, decimo primeiro, decimo  
segundo, e decimo terceiro lu-  
gar nesta escritura; De setenta  
e cinco escudos, correspondente  
a serie "III" - Triplos - sete, oi-  
to e nove para as pa-  
celas, numeras trinta e cinco,  
trinta e nove, quarenta e um,  
quarenta e tres, quarenta e qua-  
tro, quarenta e nove, e cin-  
cuenta, deixita, em pri-  
meiro, quinto, sétimo, nono,  
decimo, decimo quinto, e  
decimo sexto lugar nesta  
escritura; Que tendo sido  
recebido do segundo outorgan-  
te neste acto a referida man-  
da de dois miltoes, quinhentos  
e noventa e um mil duros  
e cincuenta e sete escudos  
e cincuenta centavos, proce-  
da pelas fmeas de accita numeras  
noventa e tres de mil noventa e cincuenta e quatro mil e quatrocentos

dele do corrente anno da Contabilidade  
de Municipal, dela por isso da  
ao mesmo referendo autographo  
te a correspondente quitação;  
Que consequentemente tira  
e decreta da Câmara Municipa-  
cipal de Silva, todos os direitos,  
direito e accão que este adquire  
na remissão da parcela de terra  
no município, que cede e trans-  
fere a Federação, compradora,  
a quem ficam pertencendo  
com todos os pertences, semi-  
activos e accão; Que  
independentemente do disposto  
to na lei deima setima  
da citada Lei Municipal de  
esta quanto ao fim - e qual  
a renda economica - que  
se destinam a propagação e  
educação, manterão também  
para o domínio e conservação  
da Câmara Municipal de  
Silva, todos os terrenos objecto  
deste contrato não applicados

*[Signature]*

~~compração de, mesma, casa,~~  
~~a renda e escritura, contra~~  
~~o tempo, a Federação do~~  
~~preço que por elle haja sido~~  
~~feito;~~ Que se obriga pela emi-  
 cao e a repropriedade a outoria;  
 Que verificando-se, em conse-  
 quencia dos trabalhos que a  
 implantação de, casa, impli-  
 ca qualquer ligeira correção  
 na medição da, area, de, di-  
 ferentes parcelas, nesta escritura  
 ha identificadas, com toda a  
 precisão, oportunamente se  
 efetuará por nova escritura  
 a necessaria rectificação com  
 o levantamento da, area, e  
 dos respectivos preços unitários  
 fixados; E o referido disse:  
 Que aceita a renda, outoria  
 do preço e todos os direitos e  
 obrigações, em termos expressos;  
 Assim o outorgante e acei-  
 tarante, lido e devida, já  
 por se tratar de primeira

trouxam, e com o fim de nele, se criarem  
nem cara, de recusa econo-  
mica, como dispõe a base  
uma da citada Lei municipal  
de 1911 e sete de sete de  
março de 1911 mandando a  
quantidade de cinco; Foram  
testemunhas: Augusto Joaquim  
Baieta e Guilherme da Costa, e a  
presença desta Câmara, em nome da  
de respectivamente, no Bairro Presidente  
Lima, numero onze, e na Rua das  
Demoreiras, numero cento e setenta e sete;  
e mais prosseguem os requisi-  
tos de fazer da idoneidade e  
vão afixar esta escritura  
em todo o material e autogra-  
fo, depois de esta por meio  
se lida em voz alta e  
explicada na presença e  
presença de todos. Seguem  
aposta, as impressões, dispo-  
siti- os autografos, pela  
respectiva ordem da afixa-

2007  
2/5/1911





*Doc. 3*  
*ANEXO II*  
*Folha 1*  
*+ 13.58*

*Doc. 14-6023*  
*Prop. n.º 10/2014*  
*Fls.*

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE FINANÇAS

Tirei públicas forma 2.ª REPARTIÇÃO - PATRIMÓNIO

Em 13/4/1977 ALVARÁ N.º 983

Cartório Notarial de Lisboa

Expedido nos termos do artigo 356.º do Código Administrativo

**Eu, ANTÓNIO VITORINO FRANÇA BORGES:**

Faço saber como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que por meu despacho de

**30 de Maio de 1966**, ratificado em reunião da Câmara de **16 de Junho**

de 1966, foi adjudicado a **Doalinda Odete da Cunha Gonçalves Tomé**,  
proprietária, casada com **Ernesto dos Reis Tomé**; **Julieta da Cunha**  
**Gonçalves de Sequeiros**, doméstica, casada com **Fernando Heitor Barros**  
**de Sequeiros**; o **José Maria Gonçalves**, gerente comercial, solteiro,  
maior.

residente na **Rua Eduardo Noronha, 46, em Lisboa**

natura **1.ª de Santa Isabel-Lisboa**

filho do **José Maria Gonçalves** e de **Maria Amélia da Cunha Gonçalves**

após hasta pública que se realizou no Pavilhão dos Desportos, em **30 de Maio**  
de 1966, o lote de terreno situado na **Rua António Patrício**

freguesia de **Campo Grande**, que se encontra  
designado pelo n.º **1.286** na planta n.º **11.055**

da 1.ª Repartição da D. S. U. O. desta Câmara, destacado do prédio adquirido a  
**Enídio Gonçalves e Saul Saragga**, escritura de **27/4/1950**, **472,40 m²**;  
**D. Alica Saccira**, escritura de **26/7/1949**, **114,625 m²**; o **António Maria**  
**de Lemos Correa e Moura e outros**, escritura de **22/7/1949**, **208,875 m²**.

413 59  
4  
C

218

-----e que faz parte dos prédios  
descritos na Segunda--- Conservatória sob os n.ºs 19.982; 19.875; e 18.308,  
respectivamente-----

que se encontra inscritos a favor desta Câmara na mesma Conservatória sob os  
n.ºs 32.380; 32.513; e 32.516, respectivamente-----

com a área de setecentos e noventa e cinco metros quadrados e noventa  
ta decímetros quadrados-----

confrontando a Norte com Câmara Municipal de Lisboa e Federação das  
Caixas de Previdência; a Nascente com Rua António Patrício e lote  
n.º 1.287; a Sul com o lote n.º 1.287 e logradouro do prédio n.º 12  
do Campo Grande; e a Poente com logradouros dos prédios n.ºs 14 e 16  
do Campo Grande-----

O referido lote foi adjudicado pelo preço global de um milhão duzentos  
e trinta e três mil seiscentos e quarenta e cinco escudos-----

do qual foi paga a 1.ª prestação na importância de duzentos e quarenta e seis  
mil setecentos e vinte e nove escudos-----

O citado lote destina-se à construção de prédios de tipo de clínica-----

a qual deve ser iniciada até 16-- de Dezembro----- de 1966, e concluída

até 16-- de Dezembro----- de 1968, cujos prazos podem ser prorrogados por seis

meses cada, conforme condições especiais publicadas no «Diário Municipal» n.º 2.361

de 14-- de Maio----- de 1966.



ALVARÁ N.º 983

*[Handwritten signature]*  
218

A alienação titulada por este alvará é feita nos termos das Condições gerais das alienações de terrenos municipais destinados a construções aprovadas em reunião de 17 de Fevereiro de 1938 e modificadas nas reuniões de 21 de Julho de 1938 e 22 de Maio de 1941, que a seguir se transcrevem: —

- 1.ª — Os terrenos são alienados em lotes apropriados e exclusivamente destinados a edificações de tipos fixados pela Câmara. —
- 2.ª — Os lotes são rigorosamente identificados com a indicação da área aproximada, localização, confrontações e, sendo possível, procedência, inscrição em matriz, descrição e inscrição na Conservatória do Registo Predial e número de polícia. —
- 3.ª — As alienações serão feitas em hasta pública e precedidas de editais publicados pelo menos vinte dias, antes, no «Diário Municipal» e em dois periódicos de grande publicidade, e afixados no átrio dos Paços do Concelho. —
- 4.ª — Nos editais será indicado: —
  - a) O dia, hora e local em que se realizará a hasta pública; —
  - b) A descrição de cada um dos lotes com a indicação da área aproximada e sua situação; —
  - c) O preço-base por metro quadrado; —
  - d) O tipo de construções a que os terrenos são destinados — tipo económico, médio ou de luxo; —
  - e) Os limites de altura das construções e quaisquer características gerais ou especiais; —
  - f) Os prazos de início e conclusão das edificações. —
- 5.ª — Com os editais será afixada planta topográfica dos terrenos. —
- 6.ª — No acto da praça, depois de lidas estas condições e as que forem especiais para cada caso, proceder-se-á a licitação verbal entre os concorrentes. —
- § 1.º — Os concorrentes devem ser os próprios ou outrem com poderes especiais. —
- § 2.º — Os lances não serão inferiores a 5 % do preço-base do lote. —

§ 3.º — A praça estará aberta, pelo menos, uma hora e o último lance será anunciado durante cinco minutos. — — — — —

7.º — O concorrente que oferecer maior lance deverá entregar no acto da praça, a importância de 10 % do preço, como sinal e princípio de pagamento. — — — — —

8.º — O pagamento será feito em três prestações: a) a primeira, igual a 20 % do preço, será paga no acto da entrega do alvará e dela será deduzida a importância do sinal; b) a segunda, igual a 30 % do preço, será paga dentro de um ano a contar da data da arrematação; c) a terceira e última igual a 50 % do preço, será paga até um ano e meio contado do dia da arrematação. — — — — —

§ único — Estas prestações não vencem juros. — — — — —

9.º — O adjudicatário será avisado no acto da praça para, no prazo de trinta dias, entregar na Direcção dos Serviços de Finanças, 2.ª Repartição (Património) o conhecimento do pagamento da sisa nos termos legais, e vir receber o alvará; e bem assim para, em dia e hora certos, dentro dos oito posteriores ao da arrematação, fazer comparecer na Repartição de Urbanização e Expropriações um perito que assista à diligência da demarcação do terreno, do qual se lavrará auto que ficará arquivado na Câmara. — — — — —

§ 1.º — Se o interessado não der cumprimento ao estabelecido neste artigo, e nos prazos fixados, ser-lhe-ão marcados novos prazos de oito dias, do que será avisado por meio de carta registada com aviso de recepção. — — — — —

§ 2.º — Feito este aviso para cada acto, será o adjudicatário notificado por meio de anúncio em dois jornais de grande publicidade; e no caso de não comparecer decorridos três dias depois dos anúncios, perderá a favor da Câmara a importância entregue como sinal e princípio de pagamento, considerando-se a licitação de nenhum efeito. — — — — —

10.º — A falta de pagamento de algumas das prestações nos prazos marcados ou a falta de cumprimento de qualquer das condições, gerais ou especiais, importará rescisão do contrato, rever-



ALVARÁ N.º 983

410. 621

Folha 3

218

tendo para a Câmara não só o terreno, mas também todas as edificações ou outras benfeitorias já nele existentes, sem que a Câmara restitua as importâncias já pagas ou seja responsável por qualquer indemnização. — — — — —

11.ª — A alienação do terreno ou deste e das obras de construção nele feitas, antes do pagamento de todas as prestações à Câmara depende de autorização desta e só poderá ser permitida, salvo o caso de falecimento do arrematante, depois do prédio estar concluído e realizada vistoria de habitação ou ocupação. — — — — —

12.ª — No entanto, pode a Câmara, antes de solvidas as obrigações para com ela tomadas, autorizar a que sobre o terreno, ou sobre este e a construção no estado em que se encontrar, seja constituída hipoteca, se ao comprador se tornar necessário capital para acabamento do prédio.

§ único — A transmissão do terreno, ou deste e das obras de construção resultantes da execução hipotecária, não depende de autorização municipal mas o adquirente ficará constituído nas mesmas obrigações que o executado, podendo, porém, a seu pedido ser-lhe concedido novo prazo, não superior a um ano para acabamento da obra. — — — — —

13.ª — No caso da condição anterior terá, porém, o comprador de constituir primeira hipoteca com prioridade de registo a favor da Câmara e pela importância das prestações em dívida a essa data, hipoteca que será cancelada seguidamente ao pagamento da última prestação. — — — — —

14.ª — São consideradas «ónus reais», para efeito dos artigos 949.º e 951.º do Código Civil, as restrições ao direito de propriedade consignadas nestas condições gerais, designadamente nos números onze, doze e treze e nas especiais de cada alienação. (Processo 7701). — — — — —

Por despacho publicado no «Diário Municipal» n.º 3107 de 26 de Setembro de 1945 a vistoria de habitação ou ocupação só se verificará quando se encontrarem pagas todas as prestações; e, por despacho exarado no processo n.º 21 272/48, a 2.ª prestação só é posta a pagamento depois de iniciada a construção. — — — — —

Foram pagos os emolumentos de doze escudos e noventa centavos e o imposto de selo na im-

portância de **trinta mil oitocentos e quarenta e um escudos e vinte cen-**  
**tavos**----- pela guia n.º **13.639**---

Cópia do conhecimento do pagamento da sisa número: **seiscentos e oitenta e três**  
**traço seiscentos e oitenta e quatro**-----

----- Ano de **1966**.  
Lugar do selo branco da «Direcção Distrital de Finanças de Lisboa». — Distrito de Lisboa. —  
Concelho de Lisboa, — **5.ª** bairro. —

Importância da sisa: **noventa e oito mil seiscentos e noventa e dois escu-**  
**dos**-----

Pagou o Sr.ª D. Deolinda Odete da Cunha Gonçalves Tomé e D. Julieta da Cunha Gonçalves de Sequeiros e José Maria Gonçalves, residentes na Rua Eduardo de Moronha n.ª 46 em Lisboa, a quantia de noventa e oito mil seiscentos e noventa e dois escudos, com referência à arrematação em hasta-pública que pelo preço de 1.233.645,00, fizeram na Câmara Municipal de Lisboa, em 30-5-66, com adjudicação definitiva em 16-6-66, de um Lote de terreno para construção com o n.ª 1.286, e a área de 795,90 m2 sito na Rua António Patrício, freguesia do Campo Grande, omisso na matriz, a confrontar do Norte com a Câmara Municipal de Lisboa e Federação das Caixas de Previdência; Nascente com a Rua António Patrício e o Lote n.ª 1.287; Sul com o Lote n.ª 1.287 e logradouro do prédio n.ª 12 do Campo Grande e do Poente com logradouros dos prédios n.ªs 14 e 16 do Campo Grande. Não está hipotecado. Repartição de Finanças do concelho de Lisboa, 5.ª bairro, 14 de Julho de 1966. O Chefe da Repartição; segue-se uma assinatura ilegível sobre a qual se encontra um selo branco com uma digressão il-



ALVARÁ N.º 983

218

gíveis. A importância deste conhecimento foi paga em 14 de Julho de 1966. O Tesoureiro da Fazenda Pública; segue-se uma assinatura ilegível sobre a qual se encontra um carimbo a tinta de óleo com os seguintes dizeres: Ministério das Finanças-Tesouraria da Fazenda Pública-5.º Bairro Fiscal-Lisboa.-----

-----Lisboa e Paços do Concelho, 28 de Setembro de 1967-----

O PRESIDENTE

(António Vitorino França Borges)

B-12-21v.

3  
ANEXO III

DACM  
Prop. n.º 10/2014 Doc. 6  
Fls.

Está conforme o original  
Lisboa - B.º Bairro Fiscal  
Em 5/07/2016  
O Funcionário

*[Handwritten signature]*

Passando a seguinte  
do dia 17/07/2016 e um de mês de abril do  
ano de mil novecentos e oitenta, no Cartório  
Notarial de Lisboa, perante mim,  
fui lida e lida a seguinte, dispensando a  
leitura e notário da referida escritura, com as  
assinaturas como autênticas:

Primeira - D.ª Maria Antónia da Silva  
Gomes e Tomás, filha da Sra. Maria  
de Almeida e José Maria Gomes.



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

Todos naturais de Lisboa, frequentia a Santa  
Igreja, casados sob o regime de separação de  
bens, como declararam o residente  
habitualmente na rua Edmundo de Sousa,  
número quarenta e seis, em Lisboa.

Segundo Daniel Pinto, casado, na  
qualda frequentia de Lisboa, comércio de  
tenda e residente habitualmente em Lis-  
boa, na rua da Generalíssima, número cen-  
to e oitenta e nove, primeiro andar, de  
clayton Domingos da Silva, casado, natu-  
ra da frequentia de Lisboa, comércio de  
meio e residente habitualmente na Estre-  
da do Calvariz de Lisboa nº 2 - 2º andar,  
nesta cidade, interessando ambos em representar  
essa sociedade anónima de administração  
de limitada, denominada "C.T.A." Centro de  
Tratamento de Doentes S.A.T. com sede  
em Lisboa, na rua António Luís, lote  
número mil e duzentos e oitenta e seis,  
constituída por escritura de trinta e um  
de dezembro de mil novecentos e sessenta  
e oito, lavrada a folhas oitenta e sete, do  
livro nº - trinta e quatro, das matas do  
republicano, na sua qualidade de adminis-

trabalhos e com poderes bastante para este  
 acto, como verifiquei, em face da mesma  
 escritura.

Verifiquei a identidade dos quiborran-  
 tes que meo conhecimento pessoal.

— E pelos primeiros antecedentes foi dito:  
 Que lhes pertence legitimamente o pre-  
 ciso terreno sito na sua freguesia de S. João,  
 lote mil quatrocentos e oitenta e seis, que se  
 compõe de eque, dezoito de eque e eque que  
 ocaos, ocaos a área total de noventa  
 e nove mil e seis metros e noventa e cinco  
 metros quadrados, freguesia de Campo Grande  
 desta cidade, ainda omissa na matriz, tendo  
 contudo sido já medida a sua inscripção,  
 como verifiquei pelo documento da documen-  
 tação, entregue aos autos de terceiro e parte  
 na Relação Central de Empresas de S. Paulo,  
 que foi preenchido, e descripto, pida, e  
 parte dos descriptos na Relação complementar  
 do Depósito de S. Paulo, dos de mine-  
 ras de S. Paulo mil novecentos e oitenta e  
 seis, dezoito mil e noventa e cinco e  
 e dezoito mil trezentos e oitenta  
 e oito.

July

Perit

Logo, por meio da presente escritura, de arrendamento a sociedade que se representa pelos signatários de, apresentam, o seguinte contrato de arrendamento, nos termos e condições constantes dos artigos seguintes:

Primeiro - O presente arrendamento entra em vigor no dia em que o arrendatário, devidamente autorizado, se apresentar no local do arrendamento, e se for necessário, a sociedade se obriga a fornecer-lhe, durante o prazo de arrendamento, a quantidade de água necessária para o uso da sociedade, a ser paga pelo arrendatário, no prazo de 15 dias, a contar da data da entrega da água. No caso de despedimento da sociedade, esta se obriga a pagar ao arrendatário, a título de indenização, a quantia de 40 dias.

Segundo - A renda mensal é de 40 dias de renda, a ser paga pelo arrendatário, no primeiro dia útil do mês imediatamente anterior ao que a que diga respeito, no domicílio dos signatários, ou no de quem legalmente se representa.

Terceiro - Se for necessário das várias renovações de arrendamento no artigo primeiro, o contrato entrará em vigor em um dia.

7. 72 + 4  
Perb

de mil novecentos e setenta e cinco, relativos a  
inquinidade, compreendendo desde já que a san-  
da a partir daquela data seja de setenta  
e dois mil ecerdos mensais, isto sem que  
seja de qualquer maior renda que venha  
no futuro, a resultar da lei, seja em mo-  
atrasos de pagamentos devidos.

Quarto - O prédio é adequado para  
para a sociedade inquinada, instalada e de-  
por uma clínica médica, com inter-  
namento.

Quinto - O prédio adequado e  
todas as suas instalações são entregues em  
bom estado de conservação e sempre  
mantendo, de acordo com a inquinada, mante-  
e restituí-las no mesmo estado em que a  
receber, reservando as deteriorações in-  
erentes a uma prudente utilização em con-  
formidade com o fim do contrato.

Sexto - Com o consentimento de reser-  
va o direito de a sociedade não e' obrigada  
para a inquinada e a sua qualquer obra  
tanto as do meio construído.

Sétimo - Todas as obras a serem feitas e a  
a autorização prevista na disposição an-

Pest

terão mais de a' a inquilina direito do arrendamento, indenizado em cam' em arrendamento em arrendamento, devendo, quando for qualquer m' no deixar os locais arrendados, de ser tudo no estado em que lhe foi entregue ou, no caso de se tratar de melhorias, sendo estas pertencentes dos senhorios.

Citamos - tiram de conta da arrendatária as obras interiores de conservação.

— Pelo segundo outorgante foi dito, que aceita este arrendamento para a sociedade de que representa.

Assim o esperam e outorgam.

Foi feita aos outorgantes sem ro' e na presença simultânea de todos os intervenientes, a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo e consequências legais. E assinou as palavras: "finita e" e nominalmente as palavras: "Omnino", "à".

Reolvida a dita da Cunha Gonçalves Tomé Juiz da Cunha Gonçalves de Sequeira

~~Assim o esperam e outorgam~~

*[Handwritten signatures and marks]*

Folha 12 (12/12/97) - Tir. N.º 10, L. da Tomar



DACM

Prop. n.º 10/2014

Fls.

ANEXO IV

## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

PROPOSTA 505/88

RESOLUÇÃO:

Aprovado

19.12.88

Considerando que o antigo lote municipal nº 1.286 na Rua Anítonio Patrício ao Campo Grande alienado na hasta pública de 30/05/66 para a construção de uma clínica não reúne actualmente as melhores condições por forma a satisfazer problemas de ordem funcional e Tecnológico.

Considerando que no projecto de alterações já deferido foi proposto a ampliação de dois pisos (cave e r/chão) destinados, unicamente, às suas próprias instalações e em particular a actividades de especialidade.

Considerando que se trata de apetrechar e modernizar Tecnicamente uma peça de equipamento que se reveste de interesse social para a cidade e que interessa a Câmara apoiar.

Considerando que se trata de um aproveitamento interior em espaço sobran te das construções a reverter à posse da Câmara, não se revestindo de inconvenientes de natureza urbanística.

TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE

Vender à Clínica de S. João de Deus - C.T.D. - Centro de Tratamento e Doentes, Lda, ou a quem prove ser dono do antigo lote municipal nº 1.286 uma parcela de terreno com a área de 330,30 m<sup>2</sup> orlada a cor verde na planta nº 19.497 da 7ª Repartição da D.S.U., de que se junta cópia, pela importância de 9.475.440\$00 (nove milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil quatrocentos e quarenta escudos).

Descrição: situação, área, valor e confrontação da parcela.

.../...



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

PROPOSTA 505/88

RESOLUÇÃO:

Situação: Rua António Patrício

Área : 330,30 m<sup>2</sup>

Cor : Orla a Verde

Valor : 9.475.440\$00

Confrontações:

Norte e Nascente - Federação das Caixas de Previ  
dência

Sul - Lote nº 1.286, Clínica de S.  
João de Deus

Poente - Federação das Caixas de Previ  
dência e logradouro do prédio  
nº 16 do Campo Grande

CONDIÇÕES DE ACORDO

1. A parcela de terreno a alienar destina-se a complemento do lote nº 1.286 e unicamente à ampliação das próprias instalações da Clínica.

2. Qualquer acréscimo da área de construção ou valorização que a Câmara entenda ser de autorizar na parcela agora a transmitir ficará sujeito ao pagamento de uma compensação a calcular de acordo com o critério que vigorar na altura.

3. A construção de muros de suporte de terras constitui encargo da proprietária do lote.

(Processo Privativo nº 77/72/U/88)

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Lisboa, em

PRESIDENTE

(Ass. Exce. Abecassis)



LIMITE DA PROPRIEDADE DO REQUERENTE.

16



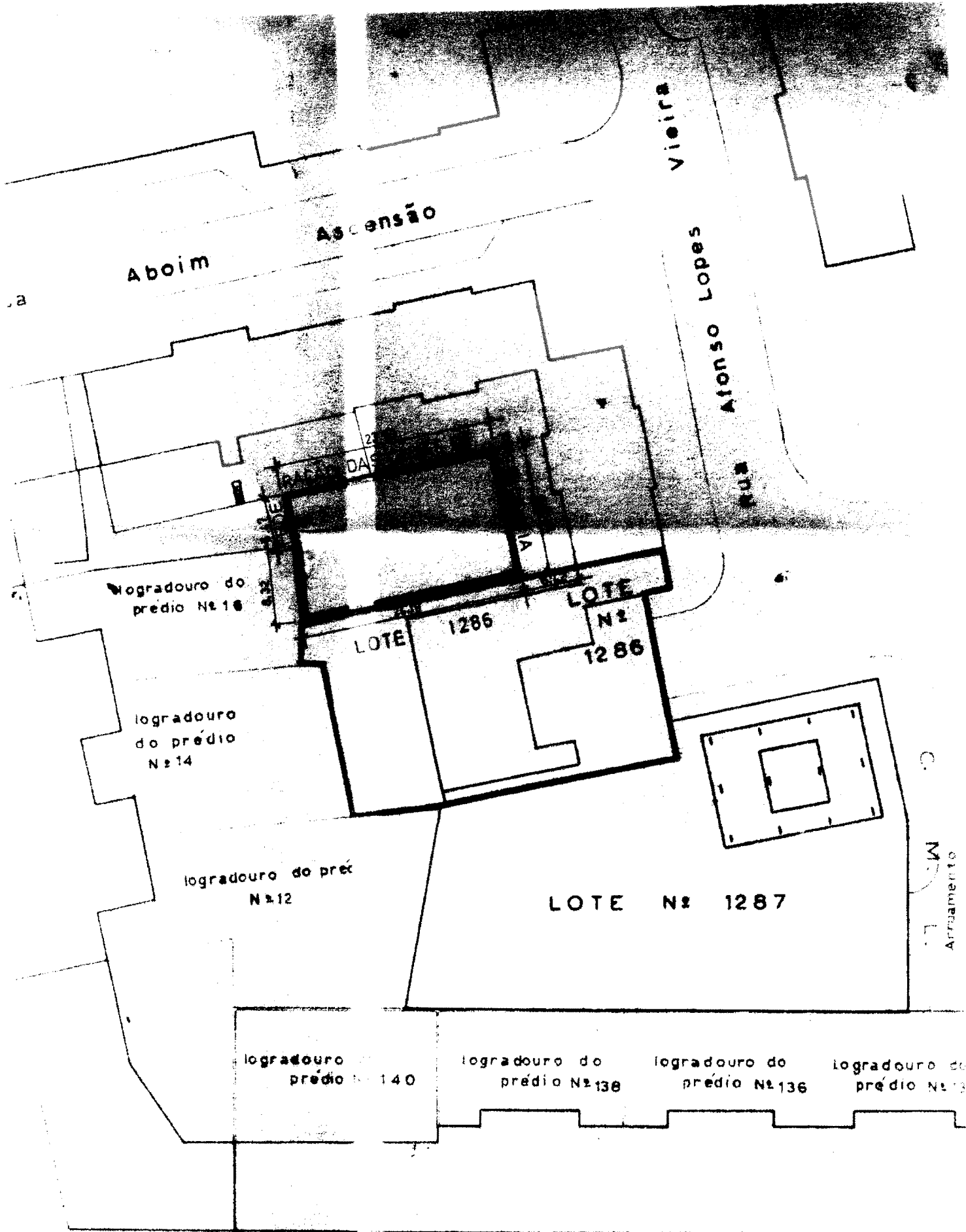
PARCELA DE TERRENO A TRANSMITIR PELA C.M.L.  
ÁREA ..... 330,30 M<sup>2</sup>

### PROVENIENCIA

FEDERAÇÃO DAS CAIXAS DE PREVIDÊNCIA  
(DESENHO 5.081-B)  
ÁREA ..... 330,30 M<sup>2</sup>

<b>C.M.L.</b>		<b>D.S.U. - 7ª REPARTIÇÃO</b> AQUISICÕES E ALIENAÇÕES DE IMOBILIÁRIOS		Arquivo Nº <b>19.497</b>
O Desenhador <i>J. Virgílio</i> 30/12/87	Assunto PLANTA DA PARCELA DE TERRENO A TRANSMITIR PELA C.M.L. À CLÍNICA DE S. JOÃO DE DEUS (C.T.D. CENTRO DE TRATAMENTO E DOENTES, Lda.).			Desenho Nº
O Arquitecto <i>Luís Encarnação</i> 87/12/30				Planta da cidade ID-N
O Chefe de Repartição <i>125000</i> <i>117</i>	Localização RUA ANTÓNIO PATRÍCIO			Escala 1:500
Voz		Substitui		





Aboim

Ascensão

Vieira

Afonso Lopes

logradouro do  
prédio Nº 18

logradouro  
do prédio  
Nº 14

logradouro do pré  
Nº 12

logradouro  
prédio Nº 140

logradouro do  
prédio Nº 138

logradouro do  
prédio Nº 136

logradouro do  
prédio Nº 13

LOTE

1286

LOTE  
Nº  
1286

LOTE Nº 1287

C. M. L.  
Arruamento

Formato 180 mm x 220 mm

SISA

DACM

ANEXO VI

Prop. n.º 10/2014

51

Distrito de Lisboa

Concelho de Lisboa - 112 82 Fiscal

Ano de 1999

Conhecimento n.º 34 / 1999

## CÓPIA DO TERMO DE DECLARAÇÃO

Em 14 de Fevereiro de 1999 compareceu nesta Repartição de Finanças o Sr. Clínica de S. João de Deus - C.I.D. - Centro de Tratamento e Doenças, Lda, na sede colectiva 500 325 152

residente em Rua António Patrício, 25, em Lisboa e declarou que pretende pagar a sisa que for devida com referência a compra que pelo preço de 9 475 440\$00 (nove milhões quatrocentos e setenta cinco mil quatrocentos e quarenta escudos) vai fazer à CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA DE UMA parcela de terreno para construção urbana, com a área de... 570.30 m², sito na freguesia do Campo Grande na Rua António Patrício, a confrontar do norte e nascente com Federação das Caixas de Previdência, do sul com o lote nº 1286, Clínica de S. João de Deus e do poente com Federação das Caixas de Previdência e locadouro do prédio nº 16 do Campo Grande, o-misso na matriz da freguesia acima indicada devido à sua natureza.

Serve de base à liquidação da sisa o valor declarado de 9 475 440\$00. Livre de encargos.

A parcela de terreno a aline. dico, destina-se a complemento do lote nº 1286 e unicamente à ampliação das próprias instalações da Clínica.

Importância da sisa .....	9 475 440\$00
.....	8
Soma .....	9 475 440\$00
Juros de mora .....	8
Selos e custas .....	8
Total .....	8

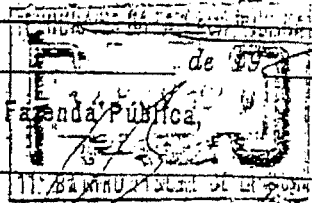
Importa em noventa e quatro sete mil quinhentos e quarenta quatro escudos.

a sisa devida pela transmissão declarada no termo acima transcrito.  
Repartição de Finanças do Concelho de Lisboa - 112 82 Fiscal  
em 14 de Fevereiro de 1999

O Chefe da Repartição,

A importância deste conhecimento foi paga em de de 1999

O Tesoureiro da Fazenda Pública,



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS  
SECÇÃO DE \_\_\_\_\_  
DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO

RECEITAS DIVERSAS

Ano económico de 1990 340 ESC 4.122.720,00  
Guia n.º 10 Registo n.º \_\_\_\_\_ do livro n.º 8

Vai CLINICA S. JOÃO DE DEUS (C.P.D.-Centro de Tratamento de Doentes, Lda.)  
morador em Rua António Patrício, n.º 25 - Lisboa  
entregar a quantia de quatro milhões cento e vinte e dois mil setecentos e  
vinte escudos-----

proveniente de depósito do valor de compensação calculada no projecto de  
alterações, processo n.º 3.542/GB/89, devida por maior aproveitamento  
da parcela de terreno destinada a complemento do lote 1.286 sito na Rua  
António Patrício, e alienar por escritura de conformidade com o P.P.  
n.º 77/7.ª/3/88.

Classificação orçamental	Designação	Importâncias
09 09 04	Operações de Tesouraria	4 122 720 00

Em 1990 02 22

Elaborada,

Registada,

O chefe,

Recebi em 19 \_\_\_\_\_

O tesoureiro,

SISA

Prop. n.º 10/2014 Doc. 412.84  
Fls. ANEXO VII

Distrito de Lisboa - 11

Concelho de Lisboa - 119 Bairro Fiscal

Ano de 19

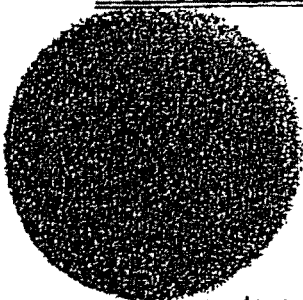
Conhecimento n.º 34 / 1293

CÓPIA DO TERMO DE DECLARAÇÃO

Em 5 de Fevereiro de 1990 compareceu nesta Repartição de Finanças o Sr. Clínica de S. João de Deus - C.I.D. - Centro de Tratamento de Doenças, Lda pessoa colectiva 500 325 162

residente em Rua António Patrício, 25 em Lisboa e declarou que pretende pagar a sisa que for devida com referência a compra que pelo preço de 4 122 720\$00 (quatro milhões cento e vinte dois mil setecentos e vinte escudos) vai fazer à Câmara Municipal de Lisboa de uma parcela de terreno para construção urbana, com a área de 330,30 m², sita na freguesia do Campo Grande na Rua António Patrício, a confrontar do norte e nascente com Fuderaca das Caixas de Previdência, do sul com lote nº 1286, Clínica S. João de Deus e do ocidente com as Fuderaca das Caixas de Previdência e locadouro do prédio nº 16 do Campo Grande. Livre de encargos. Esta parcela de terreno destina-se a complementar a parcela de terreno adquirida celta sisa 34/1574 emitida em 14 de Fevereiro de 1989.

Liquidacão:- 4 122 720\$00 x 10% = 412 272\$00.



Importância da sisa .....	412 272 \$ 00
	\$
Soma .....	412 272 \$ 00
Juros de mora .....	\$
Selos e custas .....	\$
Total .....	\$

Importa em quatrocentos e doze mil dzentos e setenta dois escudos a sisa devida pela transmissão declarada no termo acima transcrito  
Repartição de Finanças do Concelho de Lisboa A 119 Bairro Fiscal  
em 5 de Fevereiro de 1990

A importância deste conhecimento foi paga em de de 19

O Tesoureiro da Fazenda Publica,



Certidão On-line

Código de acesso: 29763/2013

DESCRIÇÃO EM LIVRO:

N.º 23232, Livro N.º: 76

**DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES**

URBANO

SITUADO EM: Campo Grande

Rua António Patrício, n.ºs 25, 25 A, e 25 B.

ÁREA TOTAL: 795,9 M2

ÁREA COBERTA: 795,9 M2

VALOR TRIBUTÁVEL: 43.921.332,00 Escudos

MATRIZ n.º: 594

**COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:**

Composto de cave, r/c, sobre loja e 5 andares, sendo o último recuado. Destina-se à Clínica de São João de Deus.

O Conservador

Maria de Lurdes Santo Nicolau

**INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES**

AP. 2 de 1972/06/14 Aquisição

CAUSA : Arrematação

SUJEITO(S) ATIVO(S):

**\*\* JOSÉ MARIA GONÇALVES**

Casado/a com MARIA DA GRAÇA ROBY AMORIM MALHEIRO GONÇALVES no regime de Separação de bens

Morada: Rua Eduardo de Noronha, n.º46, Lisboa

**\* DEOLINDA ODETE DA CUNHA GONÇALVES TOMÉ**

Casado/a com ERNESTO DOS REIS TOMÉ no regime de Separação de bens

Morada: Rua Eduardo de Noronha, n.º46, Lisboa

**\*\* JULIETA DA CUNHA GONÇALVES**

Divorciado(a)

Morada: Alameda das Linhas de Torres, n.º236,4.º dto.Lisboa

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

**\*\* CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Cláusulas A infracção aos prazos de construção de tipo aprovado, a falta de comparência à demarcação do terreno, e aos de pagamento das prestações do preço pode implicar re- versão pura e simples do terreno e das construções e antes daquele pagamento total não poderá ser alienado ou hipoteca do sem o consentimento da Câmara Municipal. Ext. da insc. n.º 40430 a fls 19 do G-48.

O Conservador

Maria de Lurdes Santo Nicolau

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

-----  
AP. 7 de 2001/03/12 - Aquisição

CAUSA : Compra

QUOTA ADQUIRIDA: 2/3

SUJEITO(S) ATIVO(S):

\*\* JULIETA DA CUNHA GONÇALVES

Divorciado(a)

Morada: Campo Grande, 380, lote 3-A, 5ª.A

Localidade: Lisboa

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

\*\* DEOLINDA ODETE DA CUNHA GONÇALVES TOMÉ

Casado/a com ERNESTO DOS REIS TOMÉ no regime de Separação de bens

Morada: Rua Eduardo Noronha, 46

Localidade: Lisboa

\*\* JOSÉ MARIA GONÇALVES

Casado/a com MARIA DA GRAÇA ROBY AMORIM MALHEIRO GONÇALVES no regime de Separação de bens

Morada: Campo Grande, n°. 154, 4ª

Localidade: Lisboa

O Conservador Interino  
José Alexandre Gonçalves Coelho

-----  
REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.  
-----

ANA BARROSO ALVES

Advogada

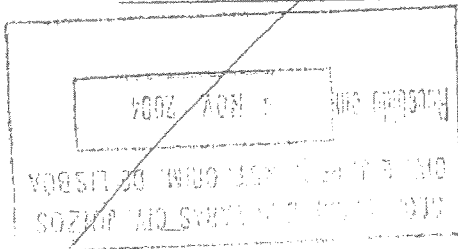
DAGM

Prop.n.º 10/2014

Fls. \_\_\_\_\_

DOC. 20

ANEXO X



Exmº Sr. Juiz de Direito dos Juízos Cíveis da Comarca de Lisboa

### NOTIFICAÇÃO JUDICIAL AVULSA

Julietta da Cunha Gonçalves, divorciada, contribuinte fiscal número 115859012, portadora do bilhete de identidade número 388680, emitido pelos SIC de Lisboa em 22.12.99, residente no Campo Grande, nº 380, 3ª, 5ª A, 1700 Lisboa, vem requerer a NOTIFICAÇÃO JUDICIAL AVULSA DE

Câmara Municipal de Lisboa, representada pelo seu Presidente, com sede na Praça do Município, 1100-349 Lisboa,

O que faz nos termos e com os fundamentos seguintes:

### SITUAÇÃO LEGAL

1º

A requerente é dona e legítima proprietária do edifício onde se encontra instalada a clínica S. João de Deus, correspondente ao prédio urbano sito na Rua António Patrício, nº 25, 25-A e 25-B em Lisboa, actualmente inscrito na matriz sob o artº 594 ( antigo lote municipal nº 1286 ) e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa, sob o nº 23232 do livro B76, ap. 816/19970117 ( Docs. 1 e 2 ).

2º

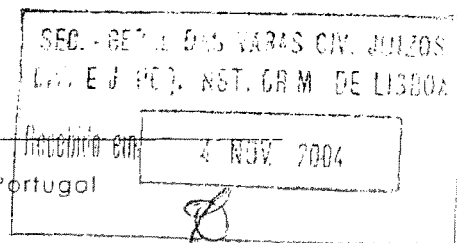
A arrendatária do referido prédio é, desde 1.04.1970, CTD - Centro de Tratamento de Doentes, Lda., p.c. 500325162, com sede na Rua António Patrício, nº 25, Campo Grande, Lisboa ( doc. 3 ).

3º

Nas actuais Rua Aboim Ascensão ( antiga Rua 12 do sítio de Alvalade ) e Rua Afonso Lopes Vieira ( antiga Rua nº 1 do Sítio de Alvalade ) foram construídas casas de renda económica, pela antiga Federação das Caixas de Previdência, em terrenos então adquiridos à Câmara Municipal de Lisboa (doc. 4 ).

4º

Na escritura de compra e venda dos referidos terrenos, constava uma cláusula que determinava a reversão para a vendedora ( C.M.L. ) das parcelas de terrenos nas quais não viessem a ser construídas as referidas habitações sociais, salvaguardados os espaços necessários aos respectivos logradouros e serventias.





5º

Aliás, é esse o teor do requerimento endereçado pela Federação das Caixas de Previdência à Conservatória do Registo Predial de Lisboa ( doc. 4 ), onde se refere "(...) revertendo para o domínio e posse da vendedora todos os terrenos objecto do respectivo contrato não aplicados à construção das mesmas casas de renda económica contra a restituição à suplicante do preço que por eles haja sido pago"(doc.5).

6º

Ora, efectivamente, parte dos terrenos objecto de compra pela Fed. C. Previdência não veio a ser afecto à construção de habitações sociais, nem ficou como sendo domínio público ou logradouro daqueles mesmos edifícios.

7º

Nessa conformidade, e de acordo com o que fora contratualmente acordado com a Câmara Municipal de Lisboa, esses terrenos "sobrantes" - ainda que decorridas mais de cinco décadas sobre a data em que tal deveria ter ocorrido! - terão de voltar, por reversão, à posse da Câmara Municipal de Lisboa.

8º

Na expectativa de tal reversão, que, todavia, ainda não teve lugar, a C.M.L. deliberou, sob a forma de "declaração de intenções", vender futuramente à requerente uma faixa de 330,30 m<sup>2</sup> de terreno - lateralmente posicionada em relação a nascente do prédio urbano onde se encontra instalada a Clínica S. João de Deus - a ser desanexada dos "terrenos sobrantes" (doc.6).

9º

Tal terreno, em suma, será vendido à requerente na qualidade de proprietária do lote confinante, e será anexado à descrição já existente, quando se concretizar a reversão a favor da C.M.L..

10º

Os terrenos em questão, e, nomeadamente, aquela pequena faixa de 330,00m<sup>2</sup>, que deles AINDA faz ainda parte integrante, continuam a pertencer ao agora Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, como se verificará pela análise das certidões prediais juntas e pelo próprio teor da carta endereçada em 30.03.00 à ora requerente (doc.7).

11º

Os chamados "terrenos sobrantes" são enclaves situados nas traseiras de diversos edifícios, SEM saída para a via pública, pelo que só poderão ter utilização e aproveitamento se adquiridos pelos proprietários dos prédios confinantes com saída para rua ( veja-se planta anexa, fornecida pela própria C.M.L. - doc.8).

SITUAÇÃO ILEGAL

12º

O já identificado CTD construiu, de forma absolutamente abusiva e com o anuimento da C.M.L., um prolongamento ( parede com parede ) do edifício da requerente, sobre terreno alheio (pertença do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social), quando a reversão e a escritura de compra e venda a favor da requerente ainda se realizaram, criando um acesso entre o antigo edifício e o novo anexo que construira.

13º

Ou seja, ao arrepio do direito de propriedade do IGFSS em relação aos ditos "terrenos sobrantes", a C.M.L. autorizou a construção do referido anexo antes da realização da reversão a seu favor, isto é, permitiu a construção sobre terreno alheio, sem que a prometida venda, a favor da requerente, se tivesse efectivado.

14º

Terminada a construção em causa e com o desconhecimento dos senhorios, permitiu-se, ainda o CTD, através da apresentação de um modelo 129, baseado em falsas declarações, requerer a criação de um artigo matricial novo ( 1113 ) a seu favor, do prédio urbano que não é, nem nunca foi, seu, tendo logrado obter, sem fundamento legal, a satisfação do seu objectivo (doc.9).

15º

De facto, tal artigo nunca poderia ter sido criado!!

16º

Na descrição do "novo" prédio e "novo" artigo consta: " *Prédio urbano, anexo à Clínica São João de Deus, construído no logradouro das traseiras da mesma, com servidão de passagem por ela. Não tem frente para a rua (...)*" (doc.10).

17º

Esclarece-se:

- a) O edifício da requerente não tem qualquer logradouro nas traseiras : o pretenso "logradouro" onde a construção foi implantada é lateral e não traseiro, e não é um logradouro do prédio da requerente mas sim terrenos alheios, como se demonstrou!! (doc.8);
- b) As servidões, nos termos da lei civil não são arbitrariamente inventadas, mas baseadas em pressupostos muito estritos, que, no caso em apreço, de modo algum, estão verificados.

18º

Refira-se, também, que, dada a situação espacial e física da faixa de terreno em causa, o mesmo nunca poderia ter dado origem a um novo artigo, assente que foi na violação do direito de propriedade.

19º

Na caderneta predial do artº 1113, ora impugnado, há espaço destinado a "observações" onde se encontra incrito, ainda, algo de estranho e impossível: "*o actual artigo 1113 da freguesia do Campo Grande provém do artº 594 da mesma freguesia*". "Provém" significa que foi desanexado? A que título? Com que legitimidade?

20º

É que o artº 594 é, nem mais nem menos, o artigo matricial correspondente ao prédio registado em nome da requerente, sua legítima proprietária, onde a clínica se encontra instalada!

21º

Como é que tal "desanexação", aliás impossível" pôde suceder?! Nunca existiu, sequer, espaço suficiente para "encaixar" os 330,00 m2 a que se refere o artº 1113. Basta verificar e ter confirmado os dados no local...

22º

A requerente, nunca alienou qualquer parte do terreno correspondente ao artº 594, pelo que,

23º

O prédio da requerente nunca sofreu nenhum destacamento, mantendo-se com a primitiva configuração e área. Assim,

24º

A requerente não entende, nem aceita, que uma situação de tal forma clara e inequívoca possa ter dado lugar à criação de um novo artigo matricial, assente em falsas premissas e impossibilidades de natureza lógica e registral.

25º

Volvida mais de uma década sobre a referida deliberação, a reversão ainda não se concretizou, por única responsabilidade da C.M.L., e a requerente teme, com toda a justeza, o desenlace que a presente situação possa vir a ter num futuro próximo, com os consequente reflexos negativos e permanentes na esfera jurídica da requerente.

26º

A inércia da C.M.L., ao longo de todos estes anos, durante os quais vem adiando a esperada reversão, parece não ter um fim à vista pois aquela, apesar de instada por diversas vezes pela requerente, se vem escudando em respostas vagas e desresponsabilizantes ( doc. 11 ).

27º

Se, como se veio a verificar, a reversão não ia acontecer num prazo curto, por que autorizou a C.M.L. a construção num terreno que sabia não lhe pertencer, em evidente prejuízo da requerente e desrespeito pela deliberação camarária a favor desta?

28º

O decurso do tempo só beneficiará o oportunismo de quem viu nesta "aberta" uma oportunidade para se instalar gratuitamente à custa do direito alheio - neste caso, o direito de preferência da requerente em adquirir um dos "terrenos sobrantos" e o direito de propriedade do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

29º

O que é facto é que a manutenção da presente situação, poderá vir a criar ónus inatacáveis e irreversíveis no prédio da requerente e a frustração da sua legítima expectativa em adquirir o terreno em causa.

30º

Assim, e caso a reversão do terreno em causa e sua posterior venda à requerente não sejam realizadas com a máxima urgência, num prazo que se estima não superior a 3 meses, poderá vir a ser verificado um dano irreparável.

31º

Caso esse dano se venha a consubstanciar de forma irreversível no prédio da requerente e, também, lhe seja impossível vir a adquirir o "terreno sobranter" em causa, por consolidação de uma ocupação ilegal, a mesma exigirá à C.M.L., nos termos da lei civil, a competente indemnização.

### CONCLUSÃO

I - O terreno em que foi criado o artº 1113º, pertence ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e não ao C.T.D. que, não obstante, se fez passar, junto da 8ª Repartição de Finanças de Lisboa, como proprietário do mesmo;

II - Pelo acima dito, o dito terreno não pode provir do artº 594 da mesma freguesia, pois o edifício a que este artigo corresponde, pertence à requerente, que nunca alienou, nem fez destacar nenhuma parcela do mesmo.

III - A venda de tal "terreno sobranter", encravado a nascente do prédio da requerente, está-lhe reservada, logo que passe, por reversão, para a propriedade da C.M.L., o que ainda não sucedeu;

IV - A faixa de terreno em causa, na qual foi construído um edifício anexo ao prédio da requerente (parede com parede) nunca poderia ser objecto da constituição de um artigo matricial autónomo ou novo, pois não tem saída para a via pública;

V - O "terreno sobranter" em causa só pode ser adquirido pela legítima proprietária do edifício onde se encontra instalada a Clínica e unicamente para ampliação daquele, como aliás deliberou a Câmara Municipal de Lisboa.

VI - A C.M.L. deverá, com a máxima urgência, promover a reversão e vender o terreno em causa à requerente, sob pena de a situação abusiva de ocupação levada a cabo pelos arrendatários da Clínica não poder ser atempadamente acautelada.

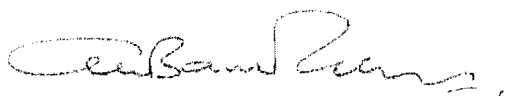
Pelo exposto, requer-se a V.ª Ex.ª se digne ordenar a Notificação Judicial Avulsa da Requerida, a levar a cabo na pessoa do seu Presidente, de todo o conteúdo da presente notificação, devendo a requerida:

1. Promover, no prazo máximo de três meses a contar da presente notificação, a reversão dos "terrenos sobrantes" em causa e, em especial, do terreno objecto da presente notificação, sob pena, com o decurso do tempo, a situação de ocupação abusiva do mesmo se consolidar em detrimento da requerente;
2. Vender, dentro do mesmo prazo, à requerente, o terreno em causa, de acordo com a deliberação municipal nº505/88, aprovada em 19.12.88;

**REQUER-SE, NOS TERMOS DO ARTº 261º E 239º, Nº 8 DO C.P.C. QUE A PRESENTE NOTIFICAÇÃO SEJA LEVADA A CABO POR**  
**FUNCIONÁRIO JUDICIAL.**

Junta: procuração forense, 11 documentos e duplicados legais e comprovativo de liquidação da taxa de justiça.

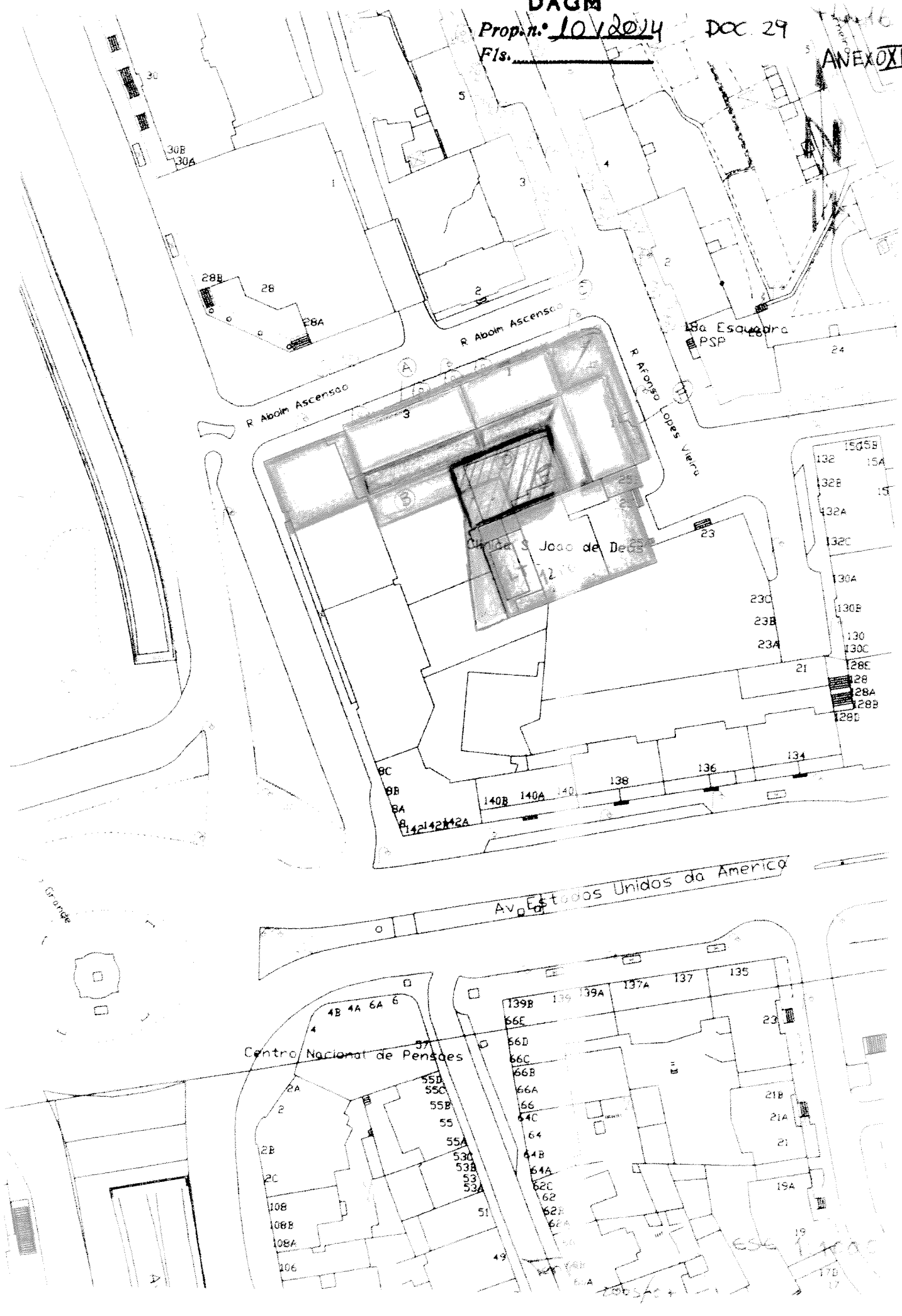
A Advogada,



ANA BARROSO ALVES

ADVOGADA

Com. N.º 204 046 807 - 2.ª B.ª F. Lx.  
Tel. 21 354 81 26 — Fax: 21 315 39 64  
Avenida Luís Bivar, 8 - 7.ª C  
1050-144 LISBOA — PORTUGAL



+ 1546  
102



ÁREA COBERTA EM PASSO DO INSTÍTU  
DE GESTÃO, FINANÇEIRA DA SCA SAGE

0 ABONH ASCENHA 1... 200 m<sup>2</sup>  
" " " 3... 280 m<sup>2</sup>  
0 A LOPEZ VICINA 1... 200 m<sup>2</sup>

TOTAL - - - 694 m<sup>2</sup>



ÁREA DESEMBOLADA EM PASSO DO INSTÍTU  
DE GESTÃO, FINANÇEIRA DA SCA SAGE

0 ABONH ASCENHA 1... 90 m<sup>2</sup>  
" " " 3... 140 m<sup>2</sup>  
0 A LOPEZ VICINA 1... 90 m<sup>2</sup>

TOTAL.... 330 m<sup>2</sup>



ÁREA ENTREGADA AO DOMÍNIO PÚBLICO  
ALUGADA DAS DESINFECCOES DA CONSERVA

0 ABONH ASCENHA 1...  
" " " 3...  
0 A LOPEZ VICINA 1...

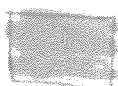
FRONTE	TOTA	TOTAL
06,20	182,62	288,82 m <sup>2</sup>
39,80	254,96	244,76 m <sup>2</sup>
42,10	146,12	288,80 m <sup>2</sup>

TOTALS ... 288,70 - 586,70 815,40 m<sup>2</sup>



ÁREA ~~COBERTA~~ ALUGADA EM PASSO PLETO  
LOTE MUNICIPAL Nº 1286

735,50 m<sup>2</sup>



C.M.L.



ÁREA COBERTA PARA COMPLEMENTO  
DO LOTE 1286

LA FOLHA Nº 1286 A CH...  
O PROPRIO LOTE DO LOTE 1286)  
DES. 9491

330,30 m<sup>2</sup>

1000 2003/04



Certidão On-line

Código de acesso: 29775/2013

DACM  
Prop. n.º 10, 2014  
Fls. \_\_\_\_\_

DESCRIÇÃO EM LIVRO:

N.º 20516, Livro N.º: 66

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

URBANO

SITUADO EM: Campo Grande

Rua Aboim Ascensão, n.º 3

ÁREA TOTAL: 422 M2

ÁREA COBERTA: 282 M2

ÁREA DESCOBERTA: 140 M2

MATRIZ n.º: 3140

FREGUESIA: Alvalade

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Rés-do-chão e 3 andares, lados direito e esquerdo. Ap.09/930825 - Av.1 - Integração de 257,96m2 e 39,80m2 no do múnio público, destinados a arruamentos e jardins, saídos dos logradouros das traseiras e da frente.

FRAÇÕES AUTÓNOMAS:

A,B,C,D,E,F,G,H

O(A) Conservador(a)

Maria Rufina Amorim Vasconcelos Carvalho

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 1 de 1953/05/13 - Aquisição

ARRANGE 17 PRÉDIOS

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

\*\* INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL

Sede: Lisboa

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

\*\* CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Sede: Lisboa

Ext. insc.33609, fls.35v, G.39.

A Conservadora - Interina

Maria Nilda Fernandes de Abreu Costa Martins

AP. 5 de 1954/11/12 - Ónus de Renda Económica

ARRANGE 51 PRÉDIOS



INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

por força do disposto na Base XI da Lei 2007.Ext.insc.8663 fls.18v, F-13.

A Conservadora - Interina  
Maria Nilde Fernandes de Abreu Costa Martins

-----  
AP. 6 de 1993/02/15 - Constituição da Propriedade Horizontal

FRAÇÃO: A	PERMILAGEM: 125
FRAÇÃO: B	PERMILAGEM: 125
FRAÇÃO: C	PERMILAGEM: 125
FRAÇÃO: D	PERMILAGEM: 125
FRAÇÃO: E	PERMILAGEM: 125
FRAÇÃO: F	PERMILAGEM: 125
FRAÇÃO: G	PERMILAGEM: 125
FRAÇÃO: H	PERMILAGEM: 125

o logradouro é comum.

A Conservadora - Interina  
Maria Nilde Fernandes de Abreu Costa Martins

-----  
AVERB. - AP. 21 de 1993/12/03 - Cancelamento Parcial  
DA APRESENT. 5 de 1954/11/12 - Ónus de Renda Económica

Cancelada quanto à fracção "E".

A Conservadora - Interina  
Maria Nilde Fernandes de Abreu Costa Martins

-----  
AVERB. - AP. 8 de 1994/01/13 - Cancelamento Parcial  
DA APRESENT. 5 de 1954/11/12 - Ónus de Renda Económica

Fracção "H".

A Conservadora - Interina  
Maria Nilde Fernandes Costa Martins

-----  
AVERB. - AP. 1 de 1994/01/17 - Cancelamento Parcial  
DA APRESENT. 5 de 1954/11/12 - Ónus de Renda Económica

Fracção "A".

A Conservadora - Interina  
Maria Nilde Fernandes Costa Martins

-----  
AVERB. - AP. 3 de 1994/03/09 - Cancelamento Parcial  
DA APRESENT. 5 de 1954/11/12 - Ónus de Renda Económica

fracção "F".

A Conservadora - Interina  
Maria Nilde Fernandes Costa Martins

**INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES**

AVERB. - AP. 7 de 1994/03/17 - Cancelamento Parcial  
DA APRESENT. 5 de 1954/11/12 Ónus de Renda Económica

fracção "B"

A Conservadora - Interina  
Maria Nilde Fernandes Costa Martins

AVERB. - AP. 17 de 1994/06/09 - Cancelamento Parcial  
DA APRESENT. 5 de 1954/11/12 Ónus de Renda Económica

Fracção "C".

A Conservadora - Interina  
Maria Nilde Fernandes Costa Martins

AVERB. - AP. 3 de 1994/07/11 - Cancelamento Parcial  
DA APRESENT. 5 de 1954/11/12 - Ónus de Renda Económica

Fracção "G".

A Conservadora - Interina  
Maria Nilde Fernandes Costa Martins

**REGISTOS PENDENTES**

Não existem registos pendentes.



Certidão On-line

Código de acesso: 29770/2013

DACM  
Prop. n.º 10, 2014  
Fls. \_\_\_\_\_

## DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

URBANO

SITUADO EM: Campo Grande

Rua Afonso Lopes Vieira, n.º 1

ÁREA TOTAL: 302 M2

ÁREA COBERTA: 206 M2

ÁREA DESCOBERTA: 96 M2

VALOR TRIBUTÁVEL: 602.400,00 Escudos

MATRIZ n.º: 429

## COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Rés-do-chão e 3 andares, lados direito e esquerdo. Desanexado do n.º 20517, fls. 183, B-66. Ap.10/930825 - Av.1 - Integração de 146,12 m2 e 142,70 m2 no domínio público, destinados a arruamentos e jardins, saídos dos logradouros das traseiras e da frente lado direito, respectivamente.

## FRAÇÕES AUTÓNOMAS:

A,B,C,D,E,F,G,H

A Conservadora - Interina

Maria Nilde Fernandes de Abreu Costa Martins

## INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 1 de 1953/05/13 - Aquisição

ABRANGE 17 PRÉDIOS

USA : Compra

SUMENTO(S) ATIVO(S):

\*\* INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL

Sede: Lisboa

Ext. insc. n.º 33609, fls.35v, G-39.

A Conservadora - Interina

Maria Nilde Fernandes de Abreu Costa Martins

AP. 8 de 1993/02/15 - Constituição da Propriedade Horizontal

FRAÇÃO: A PERMILAGEM: 125

FRAÇÃO: B PERMILAGEM: 125

FRAÇÃO: C PERMILAGEM: 125

FRAÇÃO: D PERMILAGEM: 125

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

FRAÇÃO: E	PERMILAGEM: 125
FRAÇÃO: F	PERMILAGEM: 125
FRAÇÃO: G	PERMILAGEM: 125
FRAÇÃO: H	PERMILAGEM: 125

o Logradouro é comum.

A Conservadora - Interina  
Maria Nilde Fernandes de Abreu Costa Martins

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.



Certidão On-line

Código de acesso: 29766/2013

DACM  
Prop.n.º 10/2014  
Fls. \_\_\_\_\_

DESCRIÇÃO EM LIVRO:

N.º 20517, Livro N.º: 66

**DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES**

URBANO

SITUADO EM: Campo Grande

Rua Aboim Ascensão, n.º 1

ÁREA TOTAL: 302 M2

ÁREA COBERTA: 206 M2

ÁREA DESCOBERTA: 96 M2

VALOR TRIBUTÁVEL: 602.400,00 Escudos

MATRIZ n.º: 431

**COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:**

Rés-do-chão e 3 andares, lados direito e esquerdo. Ap.07/930825 - Av.1 - Integração de 182,62m2 e 106,20m2 no domínio público, destinados a arruamentos e jardins, saídos dos logradouros das traseiras e da frente, lado esquerdo, respectivamente.

**FRAÇÕES AUTÓNOMAS:**

A,B,C,D,E,F,G,H

A Conservadora - Interina

Maria Nilde Fernandes de Abreu Costa Martins

**INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES**

AP. 1 de 1953/05/13 - Aquisição

ABRANGE 17 PRÉDIOS

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

\*\* INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL

Sede: Lisboa

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

\*\* CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Sede: Lisboa

Ext. insc. 33609, fls.35v, G-39.

A Conservadora - Interina

Maria Nilde Fernandes de Abreu Costa Martins

AP. 5 de 1954/11/12 - Ónus de Renda Económica

ABRANGE 51 PRÉDIOS

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

por força do disposto na Base XI da Lei 2007.Ext.insc. nº 8663, fls.18v, F.13.

A Conservadora - Interina  
Maria Nilde Fernandes de Abreu Costa Martins

AP. 10 de 1993/02/15 Constituição da Propriedade Horizontal

FRAÇÃO: A	PERMILAGEM: 125
FRAÇÃO: B	PERMILAGEM: 125
FRAÇÃO: C	PERMILAGEM: 125
FRAÇÃO: D	PERMILAGEM: 125
FRAÇÃO: E	PERMILAGEM: 125
FRAÇÃO: F	PERMILAGEM: 125
FRAÇÃO: G	PERMILAGEM: 125
FRAÇÃO: H	PERMILAGEM: 125

o logradouro é comum.

A Conservadora - Interina  
Maria Nilde Fernandes de Abreu Costa Martins

AVERB. - AP. 18 de 1993/11/16 - Cancelamento Parcial  
DA APRESENT. 5 de 1954/11/12 - Ónus de Renda Económica  
cancelada quanto à fracção "D".

A Conservadora - Interina  
Maria Nilde Fernandes de Abreu Costa Martins

AVERB. - AP. 3 de 1994/01/17 - Cancelamento Parcial  
DA APRESENT. 5 de 1954/11/12 - Ónus de Renda Económica  
fracção "A".

A Conservadora - Interina  
Maria Nilde Fernandes Costa Martins

AVERB. - AP. 1 de 1994/02/16 - Cancelamento Parcial  
DA APRESENT. 5 de 1954/11/12 - Ónus de Renda Económica  
fracção "C".

A Conservadora - Interina  
Maria Nilde Fernandes Costa Martins

AVERB. - AP. 12 de 1994/06/08 - Cancelamento Parcial  
DA APRESENT. 5 de 1954/11/12 - Ónus de Renda Económica  
fracção "H"

A Conservadora - Interina  
Maria Nilde Fernandes Costa Martins

**INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES**

AVERB. - AP. 3 de 1994/06/27 - Cancelamento Parcial  
DA APRESENT. 5 de 1954/11/12 - Ónus de Renda Económica

fracção "F".

A Conservadora - Interina  
Maria Nílde Fernandes Costa Martins

AVERB. - AP. 1 de 1994/12/06 - Cancelamento Parcial  
DA APRESENT. 5 de 1954/11/12 - Ónus de Renda Económica

fracção "C"

A Conservadora - Interina  
Maria Nílde Fernandes Costa Martins

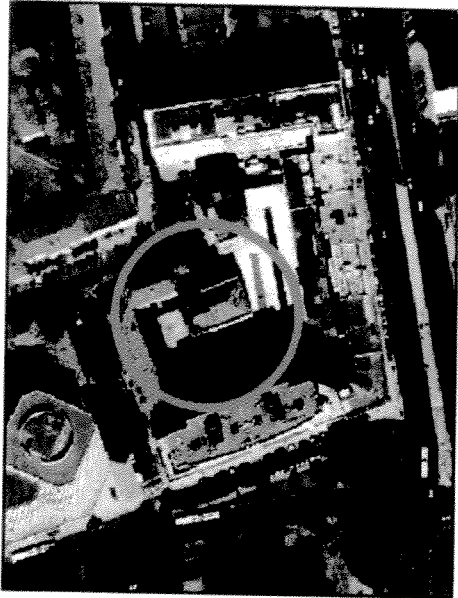
AVERB. - AP. 2 de 1999/01/25 - Cancelamento Parcial  
DA APRESENT. 5 de 1954/11/12 - Ónus de Renda Económica

Cancelada quanto à fracção "E".

O Conservador  
Maria de Lurdes Santo Nicolau

**REGISTOS PENDENTES**

Não existem registos pendentes.



Parcela de Terreno a Transmigrar pela C.M.L. Proposta nº 405/1986

área: 330,00m<sup>2</sup>

Solos Municipais:

- 1 240,00m<sup>2</sup>
- 2 25,00m<sup>2</sup>
- 3 205,00m<sup>2</sup>

Parcela 1

Área: 240,00m<sup>2</sup>

Parcela 2

Área: 25,00m<sup>2</sup>

Parcela 3

Área: 205,00m<sup>2</sup>

Parcela 4

Área: 205,00m<sup>2</sup>

Parcela 5

Área: 205,00m<sup>2</sup>



ODV

Carlos Figueiredo

ODV

Carlos Figueiredo

ODV

Carlos Figueiredo

ODV

Carlos Figueiredo

ODV

Carlos Figueiredo

ODV

Carlos Figueiredo

D.P.S.V.P. Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial  
 DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS

PIANTA DE TRABALHO

Local: RUA AFRONSO LOPES VIEIRA (JUNCA S/O JOÃO DE DEUS)

Escala: 1:1000

Data: 11/11/2013

Assinatura: [Assinatura]

Assinatura: [Assinatura]

Assinatura: [Assinatura]

Assinatura: [Assinatura]

Assinatura: [Assinatura]

Assinatura: [Assinatura]

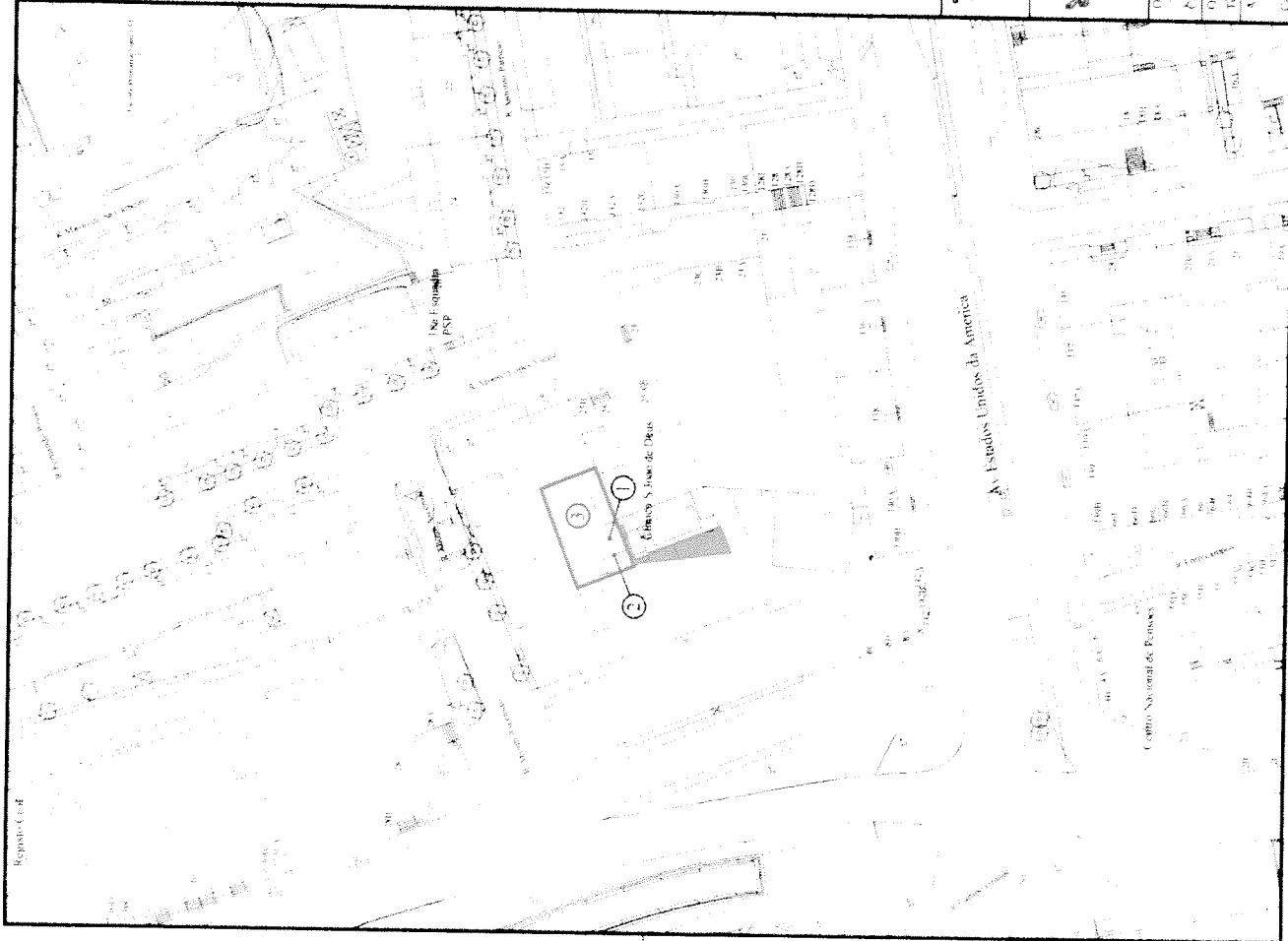
Assinatura: [Assinatura]

Assinatura: [Assinatura]

Assinatura: [Assinatura]

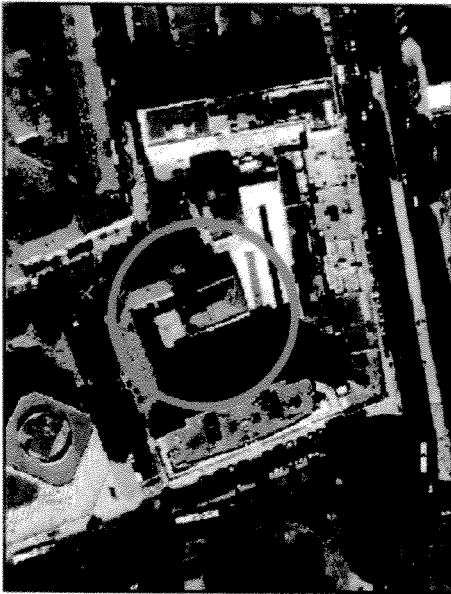
Assinatura: [Assinatura]

Assinatura: [Assinatura]





Fls. ....



PARCELA DE TERRENO A DESAFECTAR

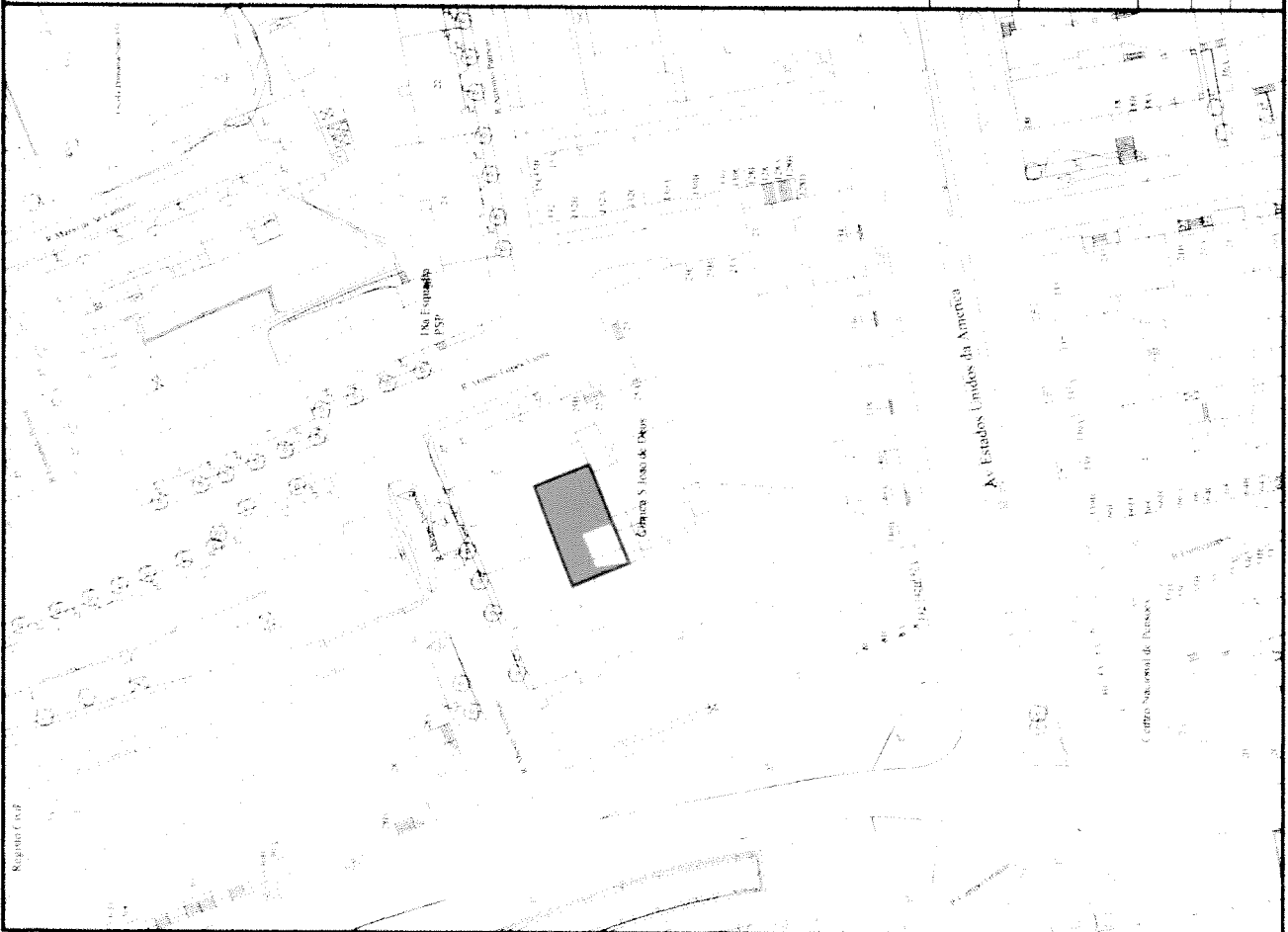
Área: 2.654,40m<sup>2</sup>

EDIFICAÇÃO

Domínio Público



	D.P.S.V.P. Departamento de Política de Sítios e Valorização Patrimonial DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS	Descrição: N Número: 13/259/DPSVP Planta da cidade: 10 N e O Escala: 1:1000	Data: 06.11.2013
Local: RUA ABRAHAM ASSAÇÃO DE RUA AFONSO J. OPENS VIEIRA	PLANTA DA PARCELA DE TERRENO A DESAFECTAR DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O PRIVADO DA C.M.E.	Ver: 24/08/2013 24/08/2013	Data: 06.11.2013
O. de Reg. e O. de Reg. e O. de Reg. e	O. de Reg. e O. de Reg. e O. de Reg. e	O. de Reg. e O. de Reg. e O. de Reg. e	O. de Reg. e O. de Reg. e O. de Reg. e





**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direcção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística**  
Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial

DACM  
Prop. n.º 10/2014  
Fls. \_\_\_\_\_

Exma. Senhora  
Chefe da DOP - Divisão de Operações Patrimoniais

Informação n.º

INF/1336/DMPRGU/DPSVP/13

Data

11-11-2013

**Assunto:** Proposta de desafetação do domínio público municipal para o domínio privado da parcela de terreno sita a tardoz da Rua Afonso Lopes Vieira e da Rua Aboim Ascensão

**Processo n.º 27819/CML/13**

## Informação

### INTRODUÇÃO

Serve a presente informação para instruir o processo de desafetação do domínio público municipal para o domínio privado da parcela de terreno com a área de 265,00m<sup>2</sup>, sita a tardoz dos prédios n.ºs 1 e 3 da Rua Aboim Ascensão e n.º 1 da Rua Afonso Lopes Vieira.

### ANTECEDENTES

1. A 01.08.1951, a CML vendeu 17 parcelas de terreno à então Federação das Caixas de Previdência, nas imediações da Avenida do Brasil, para a construção de Habitações de Renda Económica. Na escritura constava que revertiam para o domínio e posse da CML todos os terrenos que não fossem aplicados à construção das casas de renda económica, contra restituição à Federação do preço por ela pago.

2. A 30.04.1966 a CML vendeu em hasta pública o lote de terreno n.º 1286 da Rua António Patrício, da freguesia do Campo Grande, com a área de 795,90m<sup>2</sup>, a três irmãos, Deolinda Gonçalves Tomé, Julieta da Cunha Gonçalves e José Maria Gonçalves Júnior, representados no ato da aquisição pelo Pai, José Maria Gonçalves, e destinado exclusivamente à construção de uma clínica.

## Despacho

Exmo. Sr. DOP,

Sebastião de A. A. A.  
Comunicação a presente  
processo de desafetação  
do domínio público  
municipal para o domínio  
privado.

Achete DOP  
Catarina Luthers  
18.11.2013

À consideração do Sr. Vereador Manuel Salgado, com a minha concordância, propondo que, entendendo adequado e oportuno, submeta a Câmara e Assembleia Municipal a presente proposta, dado tratar-se de matéria da competência deste órgão.

A presente desafetação do domínio público tem natureza instrumental, enquanto condição necessária para que seja possível celebrar um contrato de alienação em complemento de lote, com melhor aproveitamento, de uma parcela com 330,30 m<sup>2</sup>, aprovada e com preço pago pelo particular desde 1989.

2013-11-19

O Diretor



(António Furtado)



CONCORDO

O Vereador  
Manuel Salgado



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direcção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística**  
Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial

3. Foi construído um edifício com o n.º de polícia 25 da Rua António Patrício e posteriormente arrendado, por escritura de 01.04.1970, a uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, denominada Clínica S. João de Deus, "C.T.D. - Centro de Tratamento de Doentes, S.A.R.L.", representada por Daniel Pinto amigo de José Maria Gonçalves.

4. Por solicitação da arrendatária C.T.D. os comproprietários requereram à CML, a 09.08.1983, que fosse disponibilizado um terreno para ampliação dos serviços da Clínica através da construção de um ANEXO, que seria um prolongamento da mesma, encostado à empena Norte do edifício já existente.

5. De acordo com as informações prestadas por Julieta da Cunha Gonçalves, o Pai terá adiantado a Daniel Pinto as verbas necessárias à concretização do negócio, tendo este promovido, junto da CML, as diligências necessárias à compra da parcela de terreno, assim como da construção do ANEXO.

6. Para sequência do pedido, e através da Proposta n.º 505/88, ficou aprovado, em Sessão de Câmara de 19.12.1988, vender à Clínica S. João de Deus – C.T.D. – Centro de Tratamento de Doentes, Ld.ª, ou a quem provasse ser dono do antigo lote municipal n.º 1286, uma parcela de terreno com a área de 330,30m<sup>2</sup>, pela importância de 9.475.440\$00.

7. De acordo com o Quarto considerando da proposta tratava-se de um aproveitamento interior em espaço sobrando das construções a reverter à posse da Câmara, não se revestindo de inconvenientes de natureza urbanística.

8. A primeira e a segunda condição de acordo, da mesma proposta, determinavam que a parcela de terreno a alienar se destinava a complemento do lote n.º 1286 e unicamente à ampliação das próprias instalações da Clínica e que qualquer acréscimo da área de construção ou



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direcção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística**  
Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial

valorização ficava sujeito ao pagamento de uma compensação.

9. Contudo, a escritura de alienação não foi logo celebrada, pois considerou-se, naquela altura, que a área destinada ao complemento de lote se encontrava, ainda, na titularidade da Federação das Caixas de Previdência, pelo que era necessário efetuar primeiro a escritura de reversão para o Município dos terrenos sobrantes.

10. Por essa razão, e com vista à emissão da licença de construção, foi autorizado à C.T.D. que procedesse ao depósito da importância correspondente ao valor da parcela a transmitir, no montante de 9.475.440\$00.

11. Em data posterior, no ano de 1990, e porque a Clínica pretendeu acrescentar um piso de construção, foi calculada e paga também pela C.T.D. uma compensação pelo melhor aproveitamento da parcela de terreno destinada a complemento do lote n.º 1286, no montante de 4.122.720\$00.

12. Entretanto, por escritura outorgada a 09.03.2001, Julieta da Cunha Gonçalves comprou os 2/3 do imóvel que pertenciam aos seus irmãos, ficando única proprietária do prédio arrendado à C.T.D.

13. A 14.11.2004 foi enviada uma notificação judicial avulsa à CML, por aquela proprietária, solicitando, principalmente, que esta entidade promovesse a reversão dos terrenos sobrantes, junto do Instituto, para posterior alienação à Requerente da parcela a completar o antigo lote n.º 1286, dando, assim, cumprimento à Proposta n.º 505/88.

14. Tendo em conta o pedido efetuado pela Requerente, em julho de 2005, um fiscal da então DAAP/DPI fez um levantamento no local em causa e respetiva zona envolvente, e em colaboração com o Serviço de Registos identificou em planta as áreas cobertas (694m<sup>2</sup>) e descobertas (332m<sup>2</sup>) na



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direcção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística**  
Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial

posse do IGFSS, as áreas integradas no domínio público (municipal) averbadas nas descrições da conservatória (875,40m<sup>2</sup>), a área alienada em hasta pública do lote municipal n.º 1286 (795,90m<sup>2</sup>) e a área cedida para complemento do lote 1286 (330,30m<sup>2</sup>).

15. Da análise das descrições prediais n.ºs 732, 733 e 734 da freguesia do Campo Grande relativas às casas de renda económica, entretanto construídas, constatou-se que foram averbadas, a pedido do IGFSS, as áreas afetas ao domínio público para arruamentos e jardins, concluindo-se, assim, que a área prometida alienar em complemento de lote está em domínio público municipal desde 25 de agosto de 1993.

A soma das áreas afetas ao domínio público perfazem um total de 875,40m<sup>2</sup>, área suficiente para desafetar 265,00m<sup>2</sup> necessários à completude da parcela a alienar em complemento de lote.

## CONCLUSÃO

Submete-se, assim, à consideração Superior a minuta da proposta em anexo, com vista à desafetação do domínio público para o domínio privado do Município da parcela de terreno com a área total de 265,00m<sup>2</sup>, sita a tardoz da Rua Afonso Lopes Vieira e da Rua Aboim Ascensão.

A desafetação desta área, permite formalizar a alienação em complemento de lote da parcela com a área de 330,30m, cujo preço já se encontra pago, desde 1989, assim como a compensação pelo melhor aproveitamento.

A Jurista,  
  
(Teresa Felício)



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

## **ATA EM MINUTA**

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º nº 2 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 15 de janeiro de 2014, os votos de pesar, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação da Ata da Reunião Pública de Câmara de 27 de Novembro de 2013  
(Aprovada por unanimidade)

**Voto de Pesar n.º 1/2014      (Subscrito pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)**

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento do atleta Eusébio da Silva Ferreira, nos termos do voto de pesar;

(Aprovado por unanimidade)

**Voto de Pesar n.º 2/2014      (Subscrito pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)**

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento do atleta Nuno Figueiras, nos termos do voto de pesar;

(Aprovado por unanimidade)

**Proposta n.º 1/2014      (Subscrita pelos Srs. Vereador Fernando Medina e Manuel Salgado)**

Aprovar o plano de liquidação da EPUL, nos termos da proposta;

(Adiada)

**Proposta n.º 2/2014      (Subscrita pela Sr. Vereador Fernando Medina)**

Aprovar a ratificação do Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa respeitante à assunção de dívidas da EPUL, nos termos da proposta;

(Adiada)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**Proposta n.º 7/2014**

**(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)**

Aprovar o indeferimento do recurso hierárquico relativo à declaração de imóvel devoluto sito na Costa do Castelo, 43, interposto por Jorge Alberto Osório de Vasconcelos Jardim Gonçalves, de acordo com o Parecer Jurídico n.º 0065/DCAJ/DJ/2013, nos termos da proposta;

**(Aprovada por unanimidade)**

**Proposta n.º 8/2014**

**(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)**

Aprovar o indeferimento do recurso hierárquico relativo à declaração de imóvel devoluto sito na Estrada de Telheiras, 113-113 B, interposto por Socei - Cooperativa Equipamentos Centro de Ensino, CRL, de acordo com o Parecer Jurídico n.º 0083/DJ/DCAJ/2013, nos termos da proposta;

**(Aprovada por maioria com 16 votos a favor (9PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP) e 1 abstenção (CDS/PP))**

**Proposta n.º 9/2014**

**(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)**

Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a isenção de taxas pela ocupação do domínio público municipal na realização de obras de conservação promovidas pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana nos Lotes 2, 3, 4, 17, 18, 19, 20 e 34 do Bairro das Amendoeiras, em cumprimento da Cláusula 4ª do Protocolo de Parceria para a concretização do Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado de Marvila - Viver Marvila, nos termos da proposta;

**(Aprovada por unanimidade)**

**Proposta n.º 10/2014**

**(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)**

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 265,00m2, sita a tardoz dos prédios n.ºs 1 e 3 da Rua Aboim Ascensão e n.º 1 da Rua Afonso Lopes Vieira, nos termos da proposta;

**(Aprovada por maioria com 13 votos a favor (9PS, 2Ind., e 2PCP) e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP))**





C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

**Proposta n.º 29/2014**

**(Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)**

Aprovar o indeferimento do pedido de Apoio Financeiro Excepcional do Centro Social e Paroquial de Santa Catarina no âmbito do FES – Vertente IPSS, nos termos da proposta;

**(Aprovada por unanimidade)**

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu, *[Signature]* Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 15 de janeiro de 2014

O Presidente

*[Signature]*

- António Costa -

PROPOSTA 10/2014 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO, COM A ÁREA DE 265,00M2, SITA A TARDOZ DOS PRÉDIOS N.ºS 1 E 3 DA RUA ABOIM ASCENSÃO E N.º 1 DA RUA AFONSO LOPES VIEIRA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

**O Sr. Presidente:** - Ponto 10 da Ordem de Trabalhos, Proposta nº. 10/2014, também não há pedidos de palavra, vamos votar. Quem vota contra? quem se abstém? Aprovado com a abstenção do PPD/PSD e CDS/PP e o voto favorável dos restantes eleitos.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 10/2014 a qual foi aprovada por maioria com 13 votos a favor (9PS, 2Ind., e 2PCP) e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP))